



PLANO TRIENAL

2002 – 2004

Rio de Janeiro, novembro de 2001

SUMÁRIO

1. Introdução.....	3
2. Balanço global.....	3
3. Contexto sócio-econômico e político.....	9
- Contexto sócio-econômico	
- A agroecologia, os movimentos sociais e as ONGs	
- A opinião pública e os mercados	
- O contexto político	
- Cooperação para o desenvolvimento e financiamento	
4. Estratégia de intervenção.....	14
5. Objetivos do Plano Trienal.....	19
6. Plano de Ação.....	20
6.1. Programas de Desenvolvimento Local.....	20
6.1.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste Paraibano.....	20
6.1.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná.....	29
6.2. Programas Transversais.....	41
6.2.1. Programa de Desenvolvimento Metodológico.....	41
6.2.2. Programa de Políticas Públicas.....	46
6.3. Projetos Temáticos.....	53
6.3.1. Projeto Plantas Nativas do Nordeste.....	53
6.3.2. Projeto de Agricultura Urbana no Rio de Janeiro.....	59
6.4. Centro de Informação e Publicações.....	63
7. Orçamento.....	66

1. Introdução

O presente Plano Trienal da AS-PTA exprime e sintetiza um intenso esforço coletivo de reflexão crítica sobre a trajetória da entidade nos últimos três anos e, ao mesmo tempo, de formulação de objetivos e metas a serem alcançadas no período 2.002-2.004. Deste esforço participaram, ao longo do ano de 2.001, em diferentes momentos e espaços, todas as equipes da entidade, os organismos de direção e as organizações parceiras, particularmente no âmbito dos programas de desenvolvimento local.

O triênio 1.999-2.001 foi essencialmente marcado pelo objetivo de ampliar a capacidade propositiva da AS-PTA, tendo sido atribuída prioridade à sedimentação dos acúmulos institucionais nos planos técnico, metodológico e político; à revitalização de estruturas organizativas transversais potencializadoras do trabalho e da inteligência coletivos; ao fortalecimento da identidade institucional em torno aos princípios e à estratégia da AS-PTA.

Cumpridas exitosamente essas prioridades, o Plano Trienal 2.002-2.004 delinea dois campos de ação prioritários igualmente orientados para a ampliação da capacidade propositiva e o fortalecimento da expressão pública da AS-PTA:

- a consolidação dos programas locais de desenvolvimento rural, a partir do aumento da escala de atuação dos mesmos;
- o favorecimento à intensificação de sinergias entre as experiências locais de desenvolvimento rural em curso nas distintas regiões do país, na perspectiva de fortalecer uma expressão sócio-política articulada no nível nacional em prol da agroecologia.

2. Balanço global

- a. O Plano Trienal 1.999-01 foi elaborado numa conjuntura marcada por intensa e participativa dinâmica de reflexão interna e de interpelação externa da entidade sobre a natureza da missão institucional, a coerência de seus objetivos e a consistência dos resultados práticos de suas estratégias de ação e também sobre a funcionalidade de sua arquitetura organizativa. A auto-avaliação da entidade, a que se seguiu a avaliação externa, transcorridas em 1.997-98, colocaram a AS-PTA frente ao “capital acumulado” até então e também frente aos grandes desafios para o futuro. Tornaram-se assim mais claros os horizontes de projeção para o triênio.
- b. O Trienal se assentou sobre um patamar de opções básicas e de resultados práticos já alcançados bastante sólido.

Dentre outros elementos, ficou reconhecido que, através da estratégia conjugada de ação nos níveis “micro” e “macro” e do conjunto de suas atividades, a AS-PTA tem contribuído significativamente para a construção e irradiação de um **novo enfoque para o desenvolvimento**

rural, demonstrando na prática o potencial de impacto positivo da ação articulada com os processos organizativos dos agricultores familiares.

Além disso, foi evidenciado que a entidade conseguiu atingir grande solidez técnica e metodológica, alcançando **impactos positivos nas alternativas econômicas e nas condições sociais das famílias** nas áreas em que trabalha, apoiando ao mesmo tempo processos técnicos e sócio-políticos de **construção da sustentabilidade a mais longo prazo**. Foram destacados, sobretudo, os níveis de coerência e efetividade que têm marcado na trajetória institucional as orientações e práticas que valorizam e integram os conhecimentos acumulados pelos agricultores nas diferentes dimensões de suas atividades, o que se concretizou no desenvolvimento de **metodologias participativas** que se converteram numa contribuição específica, original e grandemente fecunda como fermentadora de processos e impactos significativos.

Finalmente, foi sublinhado o caráter funcional da **organização institucional** com seu formato diversificado, descentralizado e articulado nas etapas de planejamento, monitoramento e avaliação pelo Conselho de Planejamento e pela participação direta dos parceiros nesses processos.

c. O Trienal 1999-01 trouxe para o centro das preocupações da AS-PTA o objetivo da ampliação da capacidade propositiva e do fortalecimento da expressão pública da entidade. Essa questão traduziu – no âmbito dos objetivos estratégicos da instituição – a necessidade de enfrentar dois grandes desafios:

- em primeiro lugar, superar a carência de um trabalho organizado de resgate analítico e crítico das experiências acumuladas pela AS-PTA – a sistematização de experiências – apontado esse como um fator limitante central da capacidade da entidade para avançar na promoção da agroecologia junto aos distintos setores sociais com os quais se relaciona. Para o enfrentamento desse desafio, a AS-PTA se colocou a necessidade de um “passo tático”: “voltar-se para dentro” na perspectiva de intensificação dos processos de sistematização das experiências nos campos técnico, metodológico e conceitual, qualificando a entidade para uma subsequente fase de maior e mais densa visibilidade social. A idéia da **sedimentação dos acúmulos institucionais** foi o elemento sintetizador desse esforço;
- em segundo lugar, tal como diagnosticado nos processos de auto-avaliação e na avaliação externa, a AS-PTA se empenhou na superação da forte segmentação existente entre os programas institucionais, segmentação essa que vinha reiterando os obstáculos ao florescimento de dinâmicas interativas internas, à valorização dos acúmulos e à expressão pública unificada da entidade. Esse objetivo conduziu a AS-PTA a rever o próprio conceito constitutivo dos programas institucionais, suas mútuas relações e as modalidades de seu funcionamento “para dentro” e “para fora” da entidade. Em particular, foram colocados em questão a concepção e os modelos de atuação dos “programas temáticos nacionais” (programas técnicos, de métodos e políticas públicas), ainda fortemente influenciados por uma lógica de funcionamento fundada no atendimento a demandas externas de assessoria, herdada de fases anteriores da existência da AS-PTA e inteiramente defasada em relação às estratégias atuais de intervenção da entidade.

As orientações adotadas para superar a segmentação interna implicaram fundamentalmente:

- a reafirmação dos programas locais como dimensões centrais da estratégia de intervenção da instituição, ou seja, como *locus* privilegiado da geração de conceitos e métodos subsidiadores de propostas a serem projetadas para espaços sócio-políticos mais amplos;
- a constituição na entidade de dois “programas transversais”, respectivamente nas áreas da geração de metodologias participativas para o desenvolvimento local e da formulação de políticas públicas, que constituem os grandes focos onde se exercem a expressão pública e a capacidade propositiva da AS-PTA. Os programas transversais foram constituídos com a vocação de integrar e cimentar a experiência institucional, estimulando e “costurando” dinâmicas internas, sendo assim ao mesmo tempo organizadores da construção coletiva de propostas e veículos de sua irradiação social. A valorização das **transversalidades institucionais** tornou-se o mote de um novo enfoque de construção institucional.

A ação combinada da intensificação dos processos de sistematização de experiências e da valorização das transversalidades teve impactos fortemente fecundantes sobre a vida da instituição e sobre sua capacidade propositiva:

- foi estabelecido e tem sido executado um programa de sistematização de experiências em torno a temas nodais do enfoque agroecológico e da estratégia institucional: manejo de recursos hídricos e da biodiversidade; mobilização da biomassa nos sistemas agrícolas familiares; bancos de sementes; monitoramento de impactos técnicos e econômicos de inovações agroecológicas, etc.;
- abriram-se novos e ativos espaços de interação interna mais qualificada, intensificando-se os fluxos de reflexão e de pessoas, num rico processo de “fertilização mútua” e de construção de problemáticas e propostas tanto técnicas como metodológicas entre as equipes;
- a prática das transversalidades e da sistematização participativa de experiências favoreceu ainda a criação de dinâmicas interativas entre agricultores e agricultoras no interior e entre as regiões de intervenção da entidade, apoiando assim a formação de âmbitos próprios de intercâmbio entre agricultores ecologistas;
- finalmente, a nova configuração das dinâmicas de construção institucional reforçou a unidade interna em torno a princípios, conceitos, métodos e propostas de políticas, conferindo qualidade nova e maior consistência à identidade pública da AS-PTA.

Em síntese: no triênio 1999-01 foi dado um passo essencial para a consolidação dos “códigos internos” da entidade. Com o novo Trienal estará a AS-PTA desafiada a transformar esse passo metodológico em políticas irradiadoras e fecundantes.

- d. O conjunto das atividades do triênio e os debates em curso em vários setores da sociedade fizeram emergir uma série de questões em latência e que se impuseram no período com nova configuração e maior concretude à reflexão da entidade. Temas como segurança alimentar em meio rural, desenvolvimento municipal, políticas de pesquisa, comércio de produtos ecológicos, agricultura urbana, dentre outros, passaram a incorporar a pauta das preocupações institucionais, mas com tratamento ainda pouco sistemático e localizado. Desse conjunto de questões emergentes, o tema das **relações sociais de gênero** merece destaque, na medida em que foi incorporado transversalmente e de forma mais orgânica aos objetivos programáticos da AS-PTA.

Em que pese iniciativas pontuais anteriores e que se mostraram muito fecundas, a questão vinha até então recebendo tratamento pouco sistemático tanto do ponto de vista conceitual como das práticas da entidade.

O Trienal colocou em seu horizonte avançar na construção de um ponto de vista e de uma política própria sobre as relações de gênero na entidade e de como trabalhar a questão na agricultura familiar, de forma a conferir qualidade e consistência à incorporação transversal dessa dimensão ao conjunto das atividades.

O caminho adotado foi o de empenhar as equipes da AS-PTA num esforço coletivo de formulação da problemática através de “aproximações sucessivas” ao tema, ou seja: partir de nossas inserções de trabalho e de nosso fazer cotidiano, tanto na entidade como em meio às comunidades e organizações da agricultura familiar para, nesse campo de percepções, representações e de conhecimento, redefinirmos conceitos, fundarmos nossa problemática e definirmos métodos de trabalho. Tratou-se, portanto, de adotar como ponto de partida os espaços específicos em que se fundam nossas práticas e nossa reflexão crítica. Esse caminho foi entendido, inclusive, como condição necessária para que possa a entidade valorizar e dialogar inteligentemente com as experiências e formulações existentes fora da AS-PTA, tendo um campo de referências definido e problematizado, prevenindo-nos assim contra o abstracionismo das construções conceituais sem objeto e que vêm quase sempre associadas a orientações normativas descoladas da realidade sócio-econômica, cultural e dos valores que produzem e reproduzem a especificidade das relações de gênero e de suas desigualdades no campo onde atuamos.

Com base nesse corpo de idéias, foi realizado em 1.999-2.000, através de consultoria externa, um estudo que teve como objetivo o levantamento analítico e crítico do “estado da arte” do trabalho com gênero na AS-PTA. Os procedimentos participativos e dialógicos adotados permitiram que a produção do estudo se constituísse também num espaço de reflexão coletiva, de debate, de formação e de afinamento do “olhar de gênero” por parte das equipes da entidade. Nesse contexto exprimiu-se a demanda por referências teórico-metodológicas e sobre experiências concretas disponíveis na literatura para aprofundamento pelas equipes. Daí resultou a elaboração do dossiê temático “Relações de Gênero na Agricultura Familiar”, atualmente em fase de finalização, e que se destina também para um público externo à AS-PTA.

O estudo realizado trouxe efetivas contribuições à reflexão sobre a incorporação do enfoque de gênero às estratégias de intervenção institucional e como tal tem sido valorizado. Dois pontos de corte teórico-metodológico destacaram-se como elementos de síntese e eixos de referência para aprofundamento conceitual e ações futuras:

- o primeiro, refere-se à centralidade da família agricultora como foco do trabalho sobre gênero. Essa proposição reitera uma das orientações fundamentais das estratégias de intervenção da AS-PTA junto às comunidades, ao situar nas famílias o ponto de partida de todo o trabalho nos campos técnico, econômico, social, ambiental, cultural e político;
- o segundo ponto chama a atenção para o fato de que, na ordem da realidade cotidiana, a “questão gênero” não tem existência **em si**, mas se manifesta, de forma singular, através do cotidiano das relações de produção e reprodução biológica e social da vida, centrada na comunidade de interesses e de trabalho que é a família agricultora. É nesse espaço de relações

sociais concretas que opera a transversalidade do trabalho com enfoque de gênero e onde também são percebidas, evidenciadas e transformadas as relações de desigualdade.

Do ponto de vista das relações internas à entidade, o enfoque adotado é o do aprimoramento da participação democrática de homens e mulheres nos processos de PMA e a valorização do papel e do lugar das “funções femininas” nas estratégias programáticas e organizativas da instituição. Simultaneamente, na seleção de pessoal, foi adotado o critério de prioridade à contratação de mulheres, desde que em condições curriculares similares aos candidatos do sexo masculino. Em síntese: o balanço é positivo quanto aos avanços, tanto no campo conceitual como das práticas de gênero, fundamentando a projeção de novo salto de qualidade no próximo Trienal.

- e. O favorecimento ativo à constituição e fortalecimento de **sinergias e articulações** no “campo agroecológico” – em particular junto às experiências locais de desenvolvimento – tem constituído uma característica definidora da identidade institucional da AS-PTA.

Em que pese certa retração do campo de atuação “para fora” verificado no período em função de prioridades institucionais já referidas, a entidade manteve acesa sua vocação integradora, e tem desempenhado papel preponderante na concepção e na preparação do Encontro Nacional de Agroecologia, a ser realizado no segundo semestre de 2.002. Inserido no processo de “aggiornamento” e de superação dos limites sócio-políticos da Rede PTA, o Encontro é o eixo em torno ao qual já se vai constituindo uma ampla articulação nacional dos praticantes da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável.

- f. O objetivo de ampliar a capacidade propositiva da AS-PTA colocou também para a entidade a necessidade de aprimorar suas concepções, métodos e instrumentos de **comunicação** para a promoção da agroecologia junto a seus diferentes públicos e nos diversos espaços em que atua.

O Conselho de Planejamento da AS-PTA discutiu os fundamentos de uma política de comunicação social que passou a referenciar a atuação da entidade nesse campo. Essa política se orienta sobretudo para a valorização integradora dos meios já existentes nos níveis local e nacional e, ao mesmo tempo, para a incorporação progressiva de novas dimensões e recursos à capacidade de expressão da entidade (rádio, veículos audiovisuais, meios informatizados, grande imprensa, etc.).

As orientações prioritárias do triênio foram no sentido de viabilizar conceitual, técnica e financeiramente a reconversão do Centro de Documentação: de um serviço organizado segundo uma lógica de atendimento a usuários, para um instrumento voltado para a produção e irradiação de informações, capaz não só de atender, mas também de suscitar demandas e promover dinâmicas sinérgicas no “campo agroecológico”, seja na área técnica, metodológica, conceitual e sócio-política. A par de algumas iniciativas de caráter piloto já lançadas neste sentido, cabe destacar a formulação de um projeto – partilhado com vários parceiros – para a transformação do CD-AS-PTA em um Centro de Informação e Assessoria Técnica *on line*, a ser implantado desde o início do próximo triênio.

- g. A AS-PTA manteve seu **desenho institucional** com formato diversificado – programas locais, programas transversais, projetos temáticos, serviços e direção nacional – e múltipla localização – escritórios em três regiões distintas.

Os processos de PMA continuam se exercendo de forma descentralizada nessas unidades operacionais, onde se organizam as equipes de trabalho e se definem objetivos, metas e atividades específicas.

Como previsto, foi constituído o Conselho de Planejamento e Monitoramento da entidade, do qual participam a direção executiva e as coordenações dos programas locais e transversais. O Conselho se reúne a cada 6 meses, sendo uma instância unificadora e gestora do sistema PMA para o conjunto da instituição, além de exercer funções deliberativas e consultivas.

Como já assinalado, a constituição dos programas transversais na AS-PTA permitiu intensificar e organizar as interações entre as diferentes unidades operacionais em torno a temas, atividades e objetivos comuns, criando um campo específico e integrador de processos de PMA referidos simultaneamente a atividades localizadas e à sua dimensão transversal.

Ainda no campo da gestão institucional, cabe sublinhar 3 iniciativas:

- Como previsto, a Assembléia da entidade foi redinamizada, com a incorporação de novos sócios e sócias, inclusive representantes das organizações parceiras dos agricultores nas regiões de intervenção direta da AS-PTA. A renovação e a atualização do corpo de sócios resultou num estímulo à Assembléia para o exercício de um papel mais ativo na vida da entidade.
- Ao final do período, foi desativado o Programa Temático de Manejo de Recursos Hídricos, localizado em Mirandiba, estado de Pernambuco. As atividades do programa foram assumidas por parceiros locais, através de uma organização *ad hoc* que passou a gerir o trabalho e o patrimônio constituído localmente. Essa decisão, longamente preparada em entendimento com parceiros locais e financiadores, respondeu a uma dupla motivação:
 - de um lado, concentrar as atividades e propostas na área de recursos hídricos junto ao Programa Paraíba, que se situa num contexto sócio-ambiental mais favorável ao tratamento do tema numa perspectiva mais integradora de manejo de recursos e com maior capacidade irradiadora de efeitos demonstrativos;
 - de outro lado, racionalizar e dar maior eficiência à alocação de recursos humanos e financeiros pela entidade.
- O setor administrativo-financeiro da AS-PTA foi equipado com um sistema informatizado de gestão financeira e contábil especialmente concebido para ONGs. O sistema – atualmente em fase de implantação e teste – deverá permitir agilizar e dar maior rigor a todas as atividades relacionadas ao planejamento e execução orçamentária, à prestação de contas e à contabilidade.

3. Contexto sócio-econômico e político

Contexto sócio-econômico

Após duas décadas de maciça migração da população rural para as zonas urbanas (29 milhões de pessoas entre 1.960 e 1.980), o esvaziamento do campo diminuiu de ritmo. Os censos de 1.985 e 1.996 mostram que o processo inclusive se reverte em algumas regiões ou estados, além de se configurar um quadro de permanente ir e vir entre a cidade e o campo. De toda forma, registraram-se nos últimos 8 anos uma perda média anual de 200.000 propriedades familiares, contrapondo-se ao estabelecimento de cerca de 80.000 novas propriedades, também anualmente, através da reforma agrária.

Apesar do processo migratório ter estancado ou diminuído muito, é no censo de 1.996 que aparece pela primeira vez uma diminuição do número de propriedades agrícolas. Conclui-se, e observação direta comprova, que nos anos 1.960/70 foi toda uma nova geração que migrou, limitando a fragmentação das propriedades familiares por sucessão e envelhecendo a população rural. A partir de 1.996 são as propriedades que vão desaparecendo engolidas pela crise.

Calcula-se hoje que existam cerca de 3,8 milhões de unidades produtivas de base familiar no Brasil, contra cerca de 700.000 estabelecimentos classificados como patronais. Calcula-se que a população ativa rural alcance os 26 milhões de habitantes e a população rural total chegue aos 54 milhões. Isto indica que existe uma grande parcela dos habitantes da zona rural que não vive do trabalho agrícola e que tem as mais precárias condições de sobrevivência. Estes são candidatos natos aos benefícios da reforma agrária. Supondo que todo este “excedente” de mão-de-obra (que também não tem alternativas urbanas) fosse assentado, teríamos algo próximo de 6 milhões de novos proprietários familiares, (admitindo que cada propriedade familiar ocupa em média 3,3 pessoas).

Estes dados apontam para o fato de que a crise da agricultura familiar continua profunda. Ela só não resultou em maior migração devido ao estancamento da oferta de empregos nas zonas urbanas.

As análises que geraram a concepção do projeto da AS-PTA vêm se confirmando ao longo dos quase 20 anos de existência da entidade: o modelo tecnológico é um dos fatores chave para a desestabilização da agricultura familiar. Por outro lado, a amplitude da crise e sua persistência apontam para a necessidade de se aumentar a escala e a velocidade dos processos de conversão do modelo tecnológico empregado nas propriedades familiares ou não haverá muitas no final desta década. Em muitas análises, tanto no governo como em setores da oposição, já se admite que não mais do que 1,7 milhão de agricultores familiares sobreviverão à crise, na melhor das hipóteses. Estas análises estão corretas ao constatar a crise da agricultura familiar, mas se equivocam ao aceitar a permanência do modelo atual como uma necessidade dolorosa, mas inevitável.

A agricultura como um todo está em crise, aliás. Os grandes produtores têm uma dívida com os bancos da ordem de 45 bilhões de reais, enquanto os agricultores familiares devem ao todo 7 bilhões. A tesoura da relação custos/preços recebidos vai se tornando cada vez mais aberta, sobretudo devido à política de liberação das importações adotada pelo governo FHC para garantir a chamada “âncora verde”, estabilizadora dos preços da cesta básica à custa da destruição da agricultura, em particular a familiar, cuja produção é mais voltada para o mercado interno.

Do ponto de vista das condições de vida, os habitantes rurais estão entre os mais pobres do país, representando cerca de 50% dos que vivem com fome endêmica ou periódica e dos subnutridos que, segundo alguns especialistas, são cerca de 50 milhões. É também entre os rurais onde se encontra o maior déficit de direitos sociais como saúde, educação, lazer e infra-estruturas básicas como saneamento, acesso à água potável, eletrificação, telefonia, transportes e habitação. O único progresso nítido nos direitos sociais no campo foi a extensão da aposentadoria para os trabalhadores rurais, inclusive os agricultores familiares, ocorrida a partir de 1.988. Nas regiões mais pobres, como no Nordeste, a aposentadoria representa a principal fonte de renda de muitas famílias de agricultores, indicativo também do envelhecimento da população rural.

Estas condições de dificuldade e até de extrema pobreza têm suas implicações para o trabalho da AS-PTA, pois indicam que não só os agricultores não têm como investir em novas tecnologias como também não podem correr riscos e, muitas vezes, sequer têm disponibilidade de tempo para participar das dinâmicas de desenvolvimento local, pois estão obrigados a buscar formas de sobrevivência que os afastam das suas propriedades. A resposta a estes limitantes é a de buscar tecnologias ao alcance das suas condições, limitar ao máximo as margens de risco e financiar a participação dos mais pobres nos processos, pelo menos garantindo transporte e alimentação.

Nos últimos 5 anos, as pressões sociais arrancaram do governo FHC um programa de crédito para a agricultura familiar, o Pronaf. Embora beneficie menos de 1/3 dos agricultores familiares, o Pronaf tem disponibilizado cerca de 4,3 bilhões de reais por ano, em média 5.000,00 reais por tomador do empréstimo. Mesmo sendo uma vitória do movimento social, o Pronaf encerra também um conjunto de problemas relacionados à inadequação do sistema creditício para a agricultura familiar e à imposição do modelo tecnológico da agroquímica. Com essas limitações, o Pronaf termina por acelerar o processo de transferência de riquezas do setor agrícola para o setor industrial, provocando o endividamento dos agricultores. Um dos grandes desafios colocados com relação a essa política é a necessidade de adequá-la para que passe a financiar a transição agroecológica da agricultura familiar. Algumas experiências exitosas nesse campo já podem ser registradas onde as pressões do movimento social são mais efetivas, como no Centro-Sul do Paraná.

No estado do Rio Grande do Sul, o governo petista absorveu, na sua Secretaria de Agricultura, vários técnicos de ONGs da Rede PTA e optou por oficializar a prioridade para o desenvolvimento agroecológico da agricultura familiar. Outros governos, do PT ou do PSB, têm adotado programas nesta direção, mas de forma menos enfática e consistente. Apesar dos seus limites, tais programas representam um avanço das experiências e da consciência agroecológica no Brasil.

No nível do governo federal, a temática da agroecologia ainda não foi incorporada. Existem algumas iniciativas de estímulo às práticas de cultivo orgânico tanto no crédito, via Pronaf-orgânico (que tem uma pequena parcela de seus recursos dirigida para propriedades certificadas como orgânicas), como na pesquisa (a Embrapa criou um grupo de trabalho sobre agricultura orgânica). Registrou-se também a criação oficial de normas técnicas e de organismos reguladores e promotores (conselhos estaduais e federal) da agricultura orgânica. Tais medidas ainda são evitadas de problemas de concepção e metodológicos, mas representam avanços em relação ao passado. Fundamentalmente, essas iniciativas são informadas por uma lógica que privilegia o potencial da agricultura orgânica em gerar divisas para o país face à progressiva demanda de camadas sociais mais abastadas e de países ricos por produtos agrícolas de alto valor biológico agregado.

O governo federal criou um organismo deliberativo para orientar suas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: o CNDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A AS-PTA juntamente com outras ONGs, a Contag, a Frente Sul e inúmeros representantes de órgãos públicos vem participando do Conselho. Dentre os debates importantes que vêm sendo travados no âmbito dessa instância, destaca-se uma proposta de projeto de lei voltada ao suporte ao desenvolvimento rural.

A agroecologia, os movimentos sociais e as ONGs

O maior avanço na consciência das grandes estruturas de coordenação dos movimentos sociais no campo deu-se com a autocrítica da direção do MST em relação à sua proposta de levar às suas bases nos assentamentos a proposta de “revolução verde com coletivização”. O MST está aceitando a agroecologia e a produção familiar articulada em coletivos de agroindustrialização e comercialização como a melhor opção para viabilizar a agricultura familiar. Embora seja um movimento minoritário no campo brasileiro, o MST tem uma grande capacidade de enquadramento de suas bases e esta nova opção pode fazer avançar significativamente a expansão da agroecologia. O MST está buscando uma cooperação com a AS-PTA na identificação e sistematização de experiências significativas de promoção da agroecologia em comunidades rurais no Brasil, com ênfase para as áreas de assentamentos rurais. Com esse esforço, o MST pretende organizar intercâmbios de experiências com as suas lideranças nos assentamentos.

Na Contag, a consciência agroecológica avançou de forma limitada, ainda que lideranças importantes já estejam sensibilizadas para a necessidade de debater com maior profundidade o modelo de desenvolvimento agrícola. Esse tipo de interesse por parte de algumas lideranças não tem sido suficiente para reverter o quadro de afastamento da Contag de uma discussão estratégica sobre a problemática do desenvolvimento da agricultura sustentável no Brasil. Felizmente, ao nível das bases são crescentes em quantidade e qualidade as experiências de promoção da agroecologia nas comunidades rurais por sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à Contag.

Na CUT, as ações inovadoras no campo da promoção da agroecologia se fazem sentir com mais nitidez. A criação do Programa de Formação “Terra Solidária”, com evidente corte agroecológico, é o exemplo mais significativo desse fato. O programa, criado nos moldes pedagógicos do movimento “Campesino a Campesino”, da América Central, vem adotando uma abordagem agroecológica com significativo impacto na formação de dezenas de lideranças de base nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

De forma difusa tem-se identificado um crescente número de experiências de organizações de base dos movimentos de trabalhadores rurais em várias regiões do Brasil centradas na agroecologia. Para consolidar este movimento de aproximação dos movimentos sociais com a agroecologia e com as abordagens participativas do desenvolvimento local torna-se necessário favorecer os processos de articulação permanente que facilitem intercâmbios e sinergias entre os diferentes grupos envolvidos em dinâmicas sociais de experimentação agroecológica.

Entre as ONGs atuantes na área do desenvolvimento rural, observa-se uma forte concentração de energias nos espaços locais de atuação. Esse movimento de retração se reflete na crescente fragilização das dinâmicas mais amplas de atuação em redes e de participação articulada nos debates nacionais sobre desenvolvimento rural. As poucas articulações mais dinâmicas existentes têm ocorrido regionalmente a partir de recortes temáticos bem definidos, como a certificação de produtos da agricultura familiar, no sul, e o manejo local de recursos hídricos, no semi-árido nordestino.

Esse fato, que reduz os fluxos de informação, de conhecimento e de experiências entre as ONGs, compromete também sua capacidade de expressão pública. Ele pode ser em grande parte tributado a dificuldades de financiamento, que se acompanham sobretudo da redução de equipes, pressionando as entidades a se isolarem em suas respectivas áreas por necessidade de sobrevivência institucional. Por outro lado, merece também ser mencionado como fator significativo desse contexto a saída de quadros mais experientes de inúmeras ONGs para ocuparem funções relacionadas à promoção do desenvolvimento rural sustentado e da agroecologia em administrações públicas municipais e estaduais.

Em que pese a forte endogenia atualmente verificada, levantamento recente feito pela AS-PTA junto a uma centena de ONGs de desenvolvimento rural evidencia o interesse dessas entidades em se engajarem em dinâmicas viáveis de revitalização de sinergias que as fortaleçam institucionalmente e aumentem a capacidade coletiva de intervenção e influência na formulação das políticas públicas.

A AS-PTA acredita que o processo de preparação do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), previsto para 2002, permitirá não apenas a criação de articulações entre os vários atores interessados na difusão da agroecologia nos níveis nacional e regional como também a dinamização dos intercâmbios de experiências entre as organizações dos movimentos sociais, mola mestra da construção de novas práticas no nível local, essencial para que se tornem acessíveis os acúmulos técnicos e metodológicos já alcançados.

O ENA deverá favorecer o surgimento de um movimento pela agroecologia que superará os limites da única rede em atividade que promove esta abordagem, a Rede PTA. Sobretudo, acreditamos que em uma articulação nacional que porventura venha a surgir do ENA, os movimentos de agricultores familiares possam assumir um papel protagônico no futuro.

A opinião pública e os mercados

Os meios de comunicação vêm dando destaque a “experiências que dão certo” para enfrentar os problemas de pobreza rural, de segurança alimentar e de convivência com a seca. Por outro lado, nunca se deu tanta divulgação aos problemas da agricultura convencional verificados, sobretudo na Europa, em particular a questão da “vaca louca” e a epidemia de febre aftosa. Além disso, tem-se conseguido mais do que nunca divulgar a agroecologia como alternativa aos problemas ambientais, sociais, econômicos e de saúde pública que pode provocar a eventual entrada dos produtos geneticamente modificados na agricultura e no consumo.

A Campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”, da qual a AS-PTA participa como membro da coordenação e responsável pela área rural, está conseguindo unir de forma original tanto ONGs como organizações dos movimentos de agricultores familiares, setores ambientalistas, cientistas, organizações de consumidores e igrejas. A firme posição da Campanha por uma alternativa agroecológica aos transgênicos e às práticas convencionais agroquímicas é um fator importante no avanço da consciência agroecológica na opinião pública.

O mercado vem reagindo à crescente consciência da opinião pública em relação às vantagens dos produtos agroecológicos em comparação com os convencionais ou transgênicos. No entanto, os altos preços alcançados pelos produtos certificados como orgânicos impede que a população em geral se beneficie destes produtos. Os altos preços não são uma necessidade para a viabilização da

agroecologia, mas refletem a baixa oferta de produtos e uma apropriação dos benefícios pelas empresas de certificação e de comercialização. Este perfil de mercado vai exigir que os produtores agroecológicos se organizem para entrar neste mercado sem depender de intermediários que os explorem.

O contexto político

O Trienal se iniciará com um ano de forte tensão política, pois há reais possibilidades do candidato do PT ganhar as eleições presidenciais de outubro/novembro. Há ainda eleições para governos estaduais que podem ser tão ou mais importantes que a contenda nacional, no que interessa ao trabalho da AS-PTA.

As grandes manobras para definir programas e futuros ministros já estão em curso no PT. A questão da fome saiu na frente na lista das definições programáticas deste partido, mas de uma forma criticada por muitos petistas e não petistas. Teme-se que os acadêmicos que cercam o candidato do PT acabem por fazer valer uma visão da agricultura que não admite lugar para a agricultura familiar e para a agroecologia senão marginalmente. Esta é uma razão a mais para fazer do ENA um grande momento de mobilização política que possa influenciar as campanhas eleitorais.

Os outros partidos e candidatos têm se mostrado pouco preocupados em discutir programas, pelo menos até agora. Acredita-se que haverá ainda menos abertura para um programa agrícola centrado na agricultura familiar e na agroecologia nestes outros que no PT. A estratégia a ser seguida neste ano eleitoral será a de dar a maior visibilidade possível às experiências exitosas em todo o país para acumular forças junto à opinião pública e às organizações de agricultores familiares, confiando que estes últimos acabarão por influenciar os partidos e governos.

Cooperação para o desenvolvimento e financiamento

Permanecem vigentes as quatro grandes tendências apontadas no Plano Trienal 1.999-2.001:

- no curto prazo, “estabilidade em baixa” dos recursos alocados pela cooperação internacional aos projetos de desenvolvimento;
- a médio-longo prazos, reiteram-se as indicações que apontam para a progressiva redução – em termos relativos e absolutos – dos recursos destinados ao desenvolvimento rural. Dentre vários fatores, essa redução vem frequentemente associada ao redirecionamento das prioridades da cooperação para projetos de desenvolvimento urbano. Trata-se aí de uma questão merecedora de aprofundado debate, na medida que essas mudanças de ênfase não raro deixam à margem a discussão sobre o papel e o lugar do desenvolvimento rural nas estratégias de desenvolvimento sustentado do meio urbano em países com grande pobreza rural e fortes fluxos migratórios como é o caso do Brasil;
- a contra-corrente dessa “tendência forte”, muitas agências de cooperação mantêm orientação de apoio a projetos locais de desenvolvimento rural que visam ao combate à pobreza, ao enfrentamento da insegurança alimentar das populações e à preservação dos recursos naturais e

da biodiversidade. Essa contra-tendência alimenta perspectivas positivas para projetos consistentes e reprodutíveis de desenvolvimento local;

- por último, torna-se cada vez mais difícil o acesso a financiamentos chamados “institucionais”. A vinculação dos recursos da cooperação à verificação de impactos concretos imediatos no nível local, tem se dado freqüentemente em detrimento do apoio ao desenvolvimento da vocação estratégica das entidades como atores políticos, articulando e potencializando sinergias e fortalecendo capacidades individuais e coletivas de influir sobre as políticas de desenvolvimento. Essa redução do apoio à constituição e consolidação da capacidade de intervenção política das entidades pode reduzir sua institucionalidade à gestão de “projetos locais exemplares”, mas isolados e com baixa força irradiadora.

A cooperação internacional continua ocupando um lugar destacado no apoio à promoção do desenvolvimento local sustentável com base na agroecologia. Mas a ampliação a nível regional e nacional desse trabalho dependerá cada vez mais da mobilização de recursos nacionais destinados à agricultura familiar. Esses recursos cresceram de forma ponderável nos últimos anos, embora permaneçam muito mal orientados e com baixa eficiência no apoio à reversão da crise de sustentabilidade da agricultura familiar. Como a reorientação da utilização destes recursos depende sobretudo de decisão política, será essencial que as organizações dos agricultores se preparem para reivindicar uma nova abordagem. Esta será uma das preocupações centrais da AS-PTA no Trienal 2.002-2.004.

4. Estratégia de intervenção

Para cumprir o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentado no Brasil com base nos princípios da agroecologia e no fortalecimento da agricultura familiar, a AS-PTA vem desde o triênio 1.993-1.995 adotando uma estratégia fundamentada em ações que articulam dois níveis de abrangência: o local e o nacional.

Na concepção estratégica adotada, esse objetivo será alcançado por meio de um processo de construção social envolvendo diferentes segmentos da sociedade brasileira, sobretudo as organizações dos agricultores familiares. Nessa construção, a dimensão local assume um papel fundamental, pois é nela que são geradas as referências conceituais, técnicas e metodológicas passíveis de irradiação para um âmbito mais geral. Daí o papel de centralidade atribuído pela AS-PTA aos seus programas locais de desenvolvimento. Eles jogam a um só tempo a importante função de desenvolver métodos potencialmente generalizáveis quanto a de favorecer a emergência de referências demonstrativas sobre desenvolvimento local sustentável passíveis de se traduzir em força política que dê sustentação ao processo de massificação da agroecologia. Os acúmulos institucionais gerados localmente são valorizados em âmbitos mais amplos através da interação da entidade com diferentes redes de atores que intervêm direta ou indiretamente sobre a problemática do desenvolvimento da agricultura no Brasil.

Evidentemente, pela própria natureza maiúscula do objetivo a que se propõe a entidade, o desafio de influenciar politicamente a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil não é uma tarefa que envolve apenas as dinâmicas sociais em que ela está diretamente inserida.

Experiências que vêm sendo forjadas em diferentes contextos são igualmente portadoras de ensinamentos e propostas inovadoras que deverão ser valorizadas na construção de um projeto de transformação da agricultura nacional fundado nos princípios da sustentabilidade socioambiental.

A contribuição específica a que se propõe a AS-PTA nesse processo de construção social se dá no plano do método de ação, tanto para fortalecer as iniciativas locais em curso como para favorecer a expressão sócio-política do conjunto dessas iniciativas. Os programas locais de desenvolvimento do Agreste da Paraíba e do Centro-Sul do Paraná funcionam assim como espaços privilegiados para experimentação, desenvolvimento e demonstração de referenciais teórico-metodológicos no campo da promoção da agroecologia. Se desvinculados das articulações regionais e nacionais dos movimentos sociais do campo, esses espaços perdem em potencial político e estratégico.

A partir da reafirmação dessa concepção estratégica mais geral e visando o aumento da capacidade de proposição da AS-PTA, dois campos de ação prioritários se desenham para o triênio 2.002-2.004:

- o fortalecimento dos programas locais a partir do aumento da escala de abrangência dos mesmos, através da intensificação das dinâmicas sociais de experimentação nos planos técnico, metodológico e político-organizativo;
- o favorecimento de interações entre diferentes dinâmicas locais de experimentação social em curso ao nível nacional, procurando articulá-las na perspectiva de construir, a partir de seus acúmulos práticos, “projetos coletivos” passíveis de se tornarem uma expressão sócio-política mais densa em prol da agroecologia no país.

Fortalecimento dos programas locais

Diferentemente do período inicial da atuação da AS-PTA em seus programas locais, quando poucas experiências no campo agroecológico estavam sistematizadas, atualmente, após 8 anos, são inúmeros os referenciais técnicos e organizativos inovadores passíveis de subsidiar a construção de projetos alternativos para o desenvolvimento da agricultura familiar em ambas as regiões. A construção desse acervo de experiências socialmente apropriadas foi se realizando de forma concentrada em municípios e comunidades, a partir de um esforço sistemático de mobilização e de experimentação de conhecimentos técnicos e de referenciais metodológicos.

Ainda que a continuidade desse esforço concentrado seja de fundamental importância para que haja um permanente aprimoramento dos referenciais inovadores em construção, o aumento da escala de abrangência social e geográfica dos programas locais apresenta-se hoje tanto como uma possibilidade concreta quanto como uma necessidade. Possibilidade, face ao alto grau de apropriação social e ao impacto positivo das inovações técnicas e sócio-organizativas experimentadas. Necessidade, devido à crescente demanda de organizações e comunidades da agricultura familiar ainda não diretamente envolvidas nos programas.

Diante desse novo contexto, no Triênio 2.002-2.004 dedicará seus esforços institucionais tanto à intensificação dos processos de experimentação de práticas inovadoras (nos planos técnico e político-organizativo) nas comunidades e municípios nos quais vem atuando de forma concentrada desde 1.993, quanto ao desencadeamento de um processo sistemático de irradiação dessas experiências para outras comunidades e municípios.

Essas duas frentes de ação guardarão estreita coerência entre si. Tanto o processo de irradiação se dará a partir da valorização social das experiências nas áreas de concentração de suas ações até o presente momento, como essas mesmas experiências se qualificarão a partir da interação mais sistemática com dinâmicas sociais em outras comunidades e municípios.

Alguns eixos de ação prioritários se fazem necessários para a implementação dessa estratégia:

- a intensificação das relações com o meio científico-acadêmico;
- a sistematização das experiências inovadoras;
- o fortalecimento das dinâmicas horizontais de experimentação (de agricultor a agricultor) de inovações técnicas e sócio-organizativas no nível das regiões;
- a ação sobre as políticas públicas indutoras e reguladoras do desenvolvimento rural em ambas as regiões.

Intensificação das relações com o meio científico-acadêmico

No processo de conversão agroecológica dos sistemas de produção familiares, a articulação das instituições oficiais de pesquisa aos processos de experimentação em curso nas comunidades rurais tem se mostrado uma condição importante tanto para a mobilização de conhecimentos acadêmicos quanto para o monitoramento e sistematização das experiências implementadas. A importância do aprimoramento das propostas em experimentação coloca a necessidade de um contínuo estreitamento das relações com instituições oficiais de pesquisa, inclusive com a formulação de projetos comuns de financiamento.

Sistematização das experiências inovadoras

A sistematização das experiências inovadoras se mostra como uma atividade central na estratégia da AS-PTA no âmbito de seus programas locais. É a partir dessas sistematizações que se conseguirá favorecer tanto o processo de irradiação das experiências às comunidades rurais das regiões, quanto a elaboração de princípios teóricos orientadores da ação política das organizações dos agricultores e agricultoras.

Fortalecimento de dinâmicas regionais horizontais de experimentação (de agricultor a agricultor)

A centralidade do processo horizontal de experimentação na estratégia metodológica da entidade justifica-se pela sua capacidade de valorizar e potencializar conhecimentos e iniciativas individuais e coletivas dos agricultores e agricultoras na busca de soluções para a grave crise estrutural com que se deparam. Além do mais, partindo das iniciativas das próprias famílias e comunidades rurais e não de soluções exógenas, esse processo permite a valorização social, econômica e cultural da ação de diferentes grupos sociais e indivíduos que compõem as populações envolvidas. Nesse sentido, trata-se de uma abordagem metodológica sensível à dimensão de gênero e de geração, o que favorece um estilo de desenvolvimento mais equânime e socialmente sustentável.

As dinâmicas horizontais de experimentação já implementadas nas regiões de atuação direta da AS-PTA serão impulsionadas por intermédio do fortalecimento dos programas regionais de formação técnica e de comunicação social. Até o presente momento a AS-PTA vem exercendo uma função central na condução desses programas em ambas as regiões. A partir desse triênio se fará um esforço sistemático para que as próprias organizações dos agricultores assumam o planejamento e a

execução deles. Nesse processo, a AS-PTA se incumbirá fundamentalmente da assessoria técnica e metodológica, subsidiando ambos os programas com conteúdos técnicos, favorecendo intercâmbios (dentro e fora das regiões), assessorando os eventos de formação, apoiando atividades de sistematização, de comunicação e de diagnóstico.

Além do apoio técnico e metodológico, caberá à AS-PTA apoiar materialmente a experimentação por intermédio do fomento de insumos e equipamentos específicos.

Ação sobre as políticas públicas

A irradiação do processo se dará com tanto maior êxito quanto maior for a capacidade das experiências inovadoras de influenciarem as políticas públicas que direta ou indiretamente incidem sobre o desenvolvimento rural das regiões. Entende-se por políticas públicas não somente as iniciativas governamentais, mas também as da sociedade civil. Nesse sentido, faz parte da estratégia em curso tanto influenciar as instituições oficiais quanto as organizações dos próprios agricultores e agricultoras (sindicatos, associações, etc.) ainda não envolvidas nas dinâmicas de promoção do desenvolvimento sustentado da agricultura familiar.

A capacidade de influenciar politicamente corre em paralelo com a capacidade de se dar visibilidade e expressão social às experiências inovadoras que estão sendo colocadas em prática. Nessa ordem de idéias, a irradiação das experiências que ocorrem ainda de forma concentrada e relativamente isolada tanto temática quanto geograficamente dependerá da valorização social e da articulação dessas mesmas experiências em torno a um projeto político que seja crescentemente assumido pelas organizações locais. Para tanto, se dará continuidade aos processos contínuos de formação de lideranças de agricultores com o propósito de interpretar as experiências em curso nas regiões, extraindo delas subsídios para a formulação de diretrizes e orientações de políticas públicas.

Ainda nesse campo, vale ser destacada a importância crucial das ações em rede. As iniciativas da entidade nesse campo serão orientadas para ampliar a sua capacidade propositiva e consolidar a expressão pública das experiências inovadoras junto a diferentes atores da sociedade no âmbito de suas atuações no plano local/regional: governos estaduais e municipais, organizações de agricultores, instituições oficiais de pesquisa agrícola e de extensão rural, universidades agrícolas, ONGs, etc. Essas ações deverão se dar em estreito vínculo com a atuação das diferentes articulações das organizações da sociedade civil que atuam nas regiões, entre elas a Articulação do Semi-Árido Paraibano e o Pólo Sindical da Borborema no agreste paraibano e o Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná. Para favorecer o aumento da densidade social e política das experiências, a AS-PTA estimulará um processo permanente de interações entre as diferentes organizações dos agricultores tanto no nível comunitário, como nos níveis municipais, regionais e estaduais.

O favorecimento de interações entre diferentes dinâmicas sociais de experimentação em curso no nível nacional

A tradução dos acúmulos alcançados pelas inúmeras experiências localizadas de promoção da agroecologia em força política socialmente relevante supõe a intensificação das relações entre os processos sociais que as geram e as sustentam. A promoção de dinâmicas mais amplas de articulação dos atores que estão atuando localmente na construção de alternativas agroecológicas

não seria fundamentalmente distinta da estratégia adotada nos programas locais caracterizadas pela promoção de interações e sinergias visando à ação política a partir de práticas inovadoras.

Esta estratégia traz consigo a necessidade do exercício de uma nova cultura política, tanto em meio às instituições governamentais quanto entre as próprias organizações da agricultura familiar. Nessa forma inovadora de fazer política, os conceitos herdados ou formulados fora de nosso contexto terão que dar precedência às interpretações dos processos sociais de experimentação que estão permanentemente desafiando as projeções hegemônicas de um mundo rural esvaziado dominado por uma agricultura “modernizada” baseada na agroquímica e na biotecnologia. Nesse sentido, cabe valorizar a pluralidade de experiências localizadas que, embora não determinantes nacionalmente, já são fortemente impactantes no nível de abrangência local/regional e extrair delas conteúdos e métodos capazes de referenciar uma ação política articulada em defesa de um modelo alternativo de desenvolvimento da agricultura brasileira.

Após um período de reorganização funcional interna, marcado pela necessidade de sistematização de acúmulos institucionais nos planos técnico e metodológico, a AS-PTA se coloca hoje em uma situação favorável no que se refere à possibilidade de atuar no campo das articulações das dinâmicas sociais voltadas para a promoção da transição agroecológica. Para fomentar este tipo de dinâmica para além de suas áreas geográficas de intervenção direta, a AS-PTA atuará nesse Trienal em duas frentes complementares:

- a promoção de um Encontro Nacional de Agroecologia envolvendo representantes de diferentes dinâmicas sociais atuantes na área do desenvolvimento agroecológico no Brasil;
- a estruturação de um sistema de informação na área da agroecologia e do desenvolvimento sustentado.

Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)

A AS-PTA já vem se articulando com algumas organizações da sociedade civil em torno ao objetivo de promover um evento nacional que reúna um número politicamente relevante de experiências locais de promoção da agroecologia em diferentes regiões do Brasil. Esse evento terá como objetivo principal estimular futuras sinergias entre diferentes setores e dinâmicas sociais que atuam na promoção da agroecologia no Brasil, a partir das experiências efetivas já em curso.

Além das interações “para dentro”, através de uma aproximação e fertilização cruzada entre os diferentes atores e experiências já atuantes no movimento pela agroecologia, o ENA deverá favorecer aproximações “para fora”, ao envolver diferentes atores sociais e políticos potencialmente estratégicos na construção de uma alternativa global para a agricultura brasileira.

Sistema de informação em agroecologia e desenvolvimento sustentado

A documentação e a divulgação de experiências inovadoras na área do desenvolvimento sustentável e da agroecologia jogarão um papel fundamental no estímulo ao processo de construção social de um projeto alternativo para a agricultura brasileira. Apesar da crescente importância que as dinâmicas sociais envolvidas na promoção da agroecologia vêm apresentando em diversas regiões do Brasil, ainda são incipientes as possibilidades de circulação de informações nesse campo. As informações disponíveis ainda encontram-se dispersas entre organizações da sociedade civil e, em menor intensidade, em universidades e centros de pesquisa. Este tipo de dificuldade é um dos

grandes obstáculos à construção de articulações e identidades que extrapolem a dimensão local no campo da promoção da agroecologia.

No Trienal 2.002-2.004 a AS-PTA atuará na implementação de um sistema de geração e disseminação de informações de ordem técnica e metodológica na área do desenvolvimento rural sustentável e da agroecologia. As informações veiculadas pelo sistema serão sobretudo sistematizadas a partir das experiências em curso no Brasil. Assim, orientado especificamente para a promoção da agricultura familiar em suas dimensões política, sócio-econômica, tecnológica e da gestão dos recursos naturais, este sistema constituirá e animará redes dos diversos segmentos e atores do desenvolvimento rural, que serão a um só tempo, usuários e alimentadores do sistema. O principal veículo de comunicação do sistema de informações será o sítio da AS-PTA na Internet. O ponto de partida para a constituição do sistema está ancorado na diversificada experiência acumulada pela AS-PTA na gestão da informação e na atuação em redes na área do desenvolvimento rural, o que confere à entidade privilegiada capacidade irradiadora.

5. Objetivos do Plano Trienal

- a.** Favorecer a intensificação de articulações entre atores envolvidos em diferentes dinâmicas sociais de promoção do desenvolvimento da agricultura familiar com base na agroecologia. Com isso, espera-se reunir e criar referências agregadoras que ajudem a ampliar o campo de influência no debate público nacional e intervir na formulação de políticas públicas coerentes com a perspectiva agroecológica.
- b.** Aumentar a escala da abrangência geográfica e social dos programas locais da AS-PTA por meio da intensificação dos processos sociais de experimentação nos planos técnico, metodológico e político-organizativo. A crescente mobilização e articulação em torno a esse objetivo por parte das organizações da agricultura familiar em ambas as regiões onde a AS-PTA mantém seus programas locais, será o elemento essencial para que ele seja atingido, garantindo maiores níveis de sustentabilidade e visibilidade sócio-política aos processos em curso.
- c.** Consolidar a nova estrutura organizativa da entidade, intensificando os fluxos transversais entre suas unidades operativas (programas e projetos) de forma a aumentar a capacidade de expressão externa dos acúmulos institucionais.
- d.** Realizar e divulgar um conjunto de sistematizações sobre os impactos técnico, econômico e social das inovações agroecológicas sobre as propriedades familiares em ambas as regiões onde a entidade mantém seus programas locais.
- e.** Implantar um sistema permanente de geração e disseminação de informações de ordem técnica e metodológica na área do desenvolvimento rural sustentável e da agroecologia. Esse sistema terá como ponto de partida o Centro de Informação da entidade e deverá se articular com redes dos diversos segmentos envolvidos na problemática do desenvolvimento rural no Brasil, colocando à disposição informações qualificadas por intermédio de um sítio virtual.

6. Plano de Ação

6.1. Programas de Desenvolvimento Local

6.1.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste Paraibano

1 – Balanço do Trienal 1.999-2.001

O período trienal que se encerra foi caracterizado por uma importante evolução nas dinâmicas sociais com as quais o programa se relaciona. Essa evolução se manifesta tanto no aumento e diversificação das organizações de agricultores familiares que assumiram a promoção da agroecologia na região, quanto na maior capilaridade das ações do programa em meio às comunidades rurais e municípios em que atua.

No âmbito dos municípios, rompeu-se com a quase exclusividade de relação com os STRs ao interagirmos com maior intensidade com outras organizações como, por exemplo, a Catequese Familiar de Solânea. No âmbito submunicipal, foram intensificadas as relações com as associações comunitárias que, entre outras atividades, passaram a assumir mais diretamente os processos locais de experimentação técnica e de gestão coletiva de recursos por meio de sistemas alternativos de crédito. Além de possibilitar a diversificação das relações com o meio social, essas novas parcerias possibilitaram a inserção e/ou o fortalecimento relativo de novas temáticas ao trabalho, potencializando a capacidade de mobilização social do programa em torno às questões relacionadas aos processos de desenvolvimento local. Dentre os temas que vieram a ocupar um lugar de maior relevância nesse Trienal, destacam-se a segurança alimentar, a saúde das famílias e a gestão comunitária de sistemas alternativos de crédito.

Os STRs, por sua vez, passaram a assumir um papel mais efetivo na promoção da agroecologia. Especial destaque nesse campo merece o STR de Lagoa Seca que, além de intensificar sobremaneira as ações na área de promoção do desenvolvimento no município, tem exercido importante função na articulação política entre organizações de agricultores familiares de vários municípios da região que têm manifestado grande interesse em se integrar na dinâmica regional de promoção da agroecologia.

O biênio inicial do Trienal se caracterizou como um período de seca, o que limitou em muito o programa de experimentação na área agrícola. Por outro lado, essa circunstância climática adversa favoreceu o desencadeamento de um importante processo de mobilização sócio-política articulada das organizações dos agricultores familiares da região. Esse processo de politização da ação das organizações se fez em grande medida com base nos acúmulos anteriores dos programas de experimentação estimulados pela AS-PTA. Dois temas principais foram responsáveis por esse incremento de mobilização política: o acesso às sementes de qualidade e na hora certa a partir dos programas estaduais de sementes; os fundos rotativos para financiamento da construção de cisternas de placas constituídos com recursos do programa “Comunidade Solidária” e da Sudene.

Os processos sociais em curso nos três municípios de atuação direta da AS-PTA têm interagido crescentemente com organizações de outros municípios através de articulações “amplas”, tanto a nível regional (o Pólo Sindical do Brejo da Borborema) quanto estadual (a ASA, Articulação do Semi-Árido Paraibano). Esta última, um fórum plural da sociedade civil com forte presença dos

movimentos sociais, tem exercido um forte papel de valorização/divulgação das referências técnicas e metodológicas acumuladas pelo programa. Tem sido também uma expressão política dos grupos sociais participantes, capaz de propor e de negociar com órgãos públicos na esfera estadual e federal. Foi justamente a partir de sua ação política que se possibilitou a mobilização de recursos governamentais para a implementação de programas próprios voltados para o abastecimento de sementes e de água nas comunidades e famílias rurais.

Em abril do ano em curso, aconteceu em Lagoa Seca o Encontro Regional da Agricultura Familiar, convocado pelo Pólo Sindical regional que reuniu organizações – sobretudo STRs, mas também várias associações comunitárias, grupos de paróquia, etc. - de 14 municípios. Como desdobramento foram planejadas diversas atividades de intercâmbio de experiências entre agricultores e eventos de formação. Muitas destas atividades, que já estão sendo implementadas, estão referenciadas nas experiências em curso nos 3 municípios pioneiros.

Finalmente cabe assinalar que, nos 3 municípios iniciais, as autoridades municipais recém empossadas têm manifestado um certo interesse em atuar em parceria por intermédio de seus programas para a agricultura. Isto representa um elemento favorável para a continuidade e até a ampliação do trabalho nestes espaços. Ao mesmo tempo, as relações estabelecidas, via a ASA, nos níveis estadual (com a Assembléia Legislativa, com o Governo do Estado e também com outras dinâmicas locais) e federal, certamente serão muito importantes para a irradiação do processo.

No que concerne os resultados no plano técnico sobre as propriedades familiares e comunidades, avalia-se que as iniciativas estimuladas pelo programa local incidiram positivamente na qualidade de vida das famílias, em particular no que toca a segurança alimentar, saúde, estabilidade, renda e autonomia das famílias.

O aumento da segurança alimentar e da saúde das famílias vem sendo fortemente favorecida por várias iniciativas, das quais convém destacar:

- O estímulo à diversificação de cultivos (inhame, amendoim, gergelim, fruteiras diversas e plantas medicinais) e a constituição/valorização de espaços propícios a seu estabelecimento (quintais, barragens subterrâneas, vazantes) tem se traduzido no enriquecimento da dieta alimentar e no aumento da oferta de alimentos e de fitoterápicos para o consumo familiar.
- A construção de cisternas de placas permite enfrentar com sucesso a grave e crônica situação de insuficiência quantitativa e qualitativa da oferta d'água. Estas cisternas propiciam o armazenamento de água de qualidade, de forma descentralizada, em quantidade suficiente para o consumo familiar (beber e cozinhar) durante um ano.
- Deficiências de nutrição infantil, de mães gestantes e lactantes, têm seu efeito minorado a partir da produção e distribuição de “multimistura” (complemento alimentar) envolvendo as famílias beneficiárias.

As inovações estimuladas têm fortalecido/incrementado as estratégias tradicionais de convivência com o ambiente semi-árido, conferindo aos sistemas agrícolas familiares melhores condições de atravessar o período seco anual - maior estabilidade -, como também de absorver as perturbações graves produzidas pelas secas que periodicamente assolam a região - maior resiliência. Figuram entre as estratégias mais importantes, as práticas de estocagem/armazenamento de recursos e a valorização produtiva dos recursos da biodiversidade. Como exemplo podemos citar:

- As práticas de estocagem e conservação de água para consumo humano, animal e agrícola (cisternas de placas, tanques de pedra, barragens subterrâneas, barramentos de pedra nos roçados, quintais etc.).
- As práticas de estocagem e conservação de sementes (fortalecimento do estoque familiar, bancos de semente comunitários).
- As práticas de estocagem de forragem para os rebanhos (silagem, fenação).
- A constituição de reservas estratégicas de forragem com o cultivo de cactáceas e arbóreas nativas e exóticas.
- Práticas de manejo ecológico de pastagens nativas, conservação das variedades de cultivos agrícola adaptados localmente (feijão, milho, batatinha, etc.).
- A diversificação de cultivos.

O conjunto de inovações impulsionadas em coerência com estas estratégias confere ao sistema maior regularidade na produção, diminuição dos riscos e maior produtividade, permitindo atender melhor as necessidades de autoconsumo e também produzir mais para o mercado.

O conjunto de inovações que vem paulatinamente se integrando aos agroecossistemas familiares da região tem também gerado reflexos positivos na renda familiar. Estes reflexos podem ser percebidos em dois níveis:

- O aumento da capacidade das unidades familiares de otimizarem o uso dos recursos existentes na propriedade, produzindo seus próprios insumos e diminuindo os custos com a compra de produtos externos - seja a provisão de alimentos, água, remédios e lenha para atender as demandas de consumo da família, seja a produção de insumos para atender as demandas de consumo do sistema produtivo (sementes, forragem, estacas, esterco, defensivos naturais, etc.).
- Uma maior e mais diversificada oferta de produtos para o mercado, repercutindo em aumento da receita monetária. Esta melhor oferta é produto da maior estabilidade e aumento da produtividade dos sistemas anteriormente citada, pela diversificação de produtos com bom potencial de mercado (como, por exemplo, o amendoim, o inhame, ou as estacas de sabiá) e pela diversidade da oferta de produtos para o mercado, o que atenua os impactos das oscilações de preço dos produtos.

Conservar e, quando preciso, recuperar os recursos naturais (biodiversidade, água e solo) que são a base dos sistemas produtivos é uma necessidade, tanto pela função que os mesmos cumprem no desempenho produtivo atual e futuro dos agroecossistemas. O manejo e a conservação da biodiversidade, por exemplo, é um elemento que sempre está presente nos processos de formação sobre inovações nos sistemas produtivos. O resgate e a multiplicação de variedades locais dos feijões, da fava e do milho, a valorização das plantas medicinais, assim como os esforços de “re-arborização” das propriedades com espécies nativas e exóticas e manejo ecológico de espécies nativas forrageiras são algumas das maneiras pelas quais essa estratégia vem sendo implementada na região.

O fortalecimento das unidades produtivas, ao permitir maior produção de alimentos, fitoterápicos e renda, são maneiras de fortalecer a autonomia das famílias. Algumas propostas conferem mais diretamente uma certa autonomia política, na medida em que possibilitam uma maior independência diante das práticas assistencialistas tradicionais. As cisternas de placas e os bancos de sementes comunitários enquadram-se nessa categoria.

No plano metodológico também foram verificados no período alguns avanços significativos. A partir de uma melhor incorporação das dimensões política e cultural nos processos de experimentação e formação técnica, foi possível fortalecer a ação das organizações locais na promoção da dinâmica “de agricultor a agricultor”. A intensificação das relações de parceria com instituições de pesquisa proporcionou melhores condições para integrar os conhecimentos oriundos do meio científico-acadêmico aos processos de experimentação participativa.

Os processos de comunicação social estimulados pelo programa se intensificaram tanto com relação à quantidade e qualidade dos produtos elaborados no período, quanto com relação ao grau de apropriação da atividade por parte das organizações parceiras, sobretudo os STRs.

Ainda no campo metodológico, vale ressaltar importantes avanços do programa no tratamento da problemática das relações sociais de gênero na agricultura familiar. Na abordagem metodológica empregada, procura-se incorporar explicitamente esta dimensão com o intuito de propiciar maior participação das mulheres nas dinâmicas sociais em curso e, através disto, uma maior equidade e sustentação sócio-política do processo de construção e promoção de um modelo alternativo de desenvolvimento. A valorização do papel das mulheres, tanto do ponto de vista da sua contribuição econômica nos seios das famílias, como o seu papel em outras instâncias (nos STRs, na Catequese Familiar, nas associações, etc.) tem se dado tanto por meio da incorporação de um enfoque metodológico que estimula dinâmicas que integram a dimensão de gênero nos processos locais de experimentação, como pela incorporação de temas de trabalho de interesse específico (como, por exemplo, as plantas medicinais ou ainda a água para o consumo da casa). Um esforço de monitoramento dos efeitos da implementação dessa abordagem deverá ser realizado no próximo triênio.

2 – Objetivos para o Trienal 2.002-2.004

Geral: Consolidar e intensificar o processo social de promoção da agroecologia e do desenvolvimento sustentável nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca e iniciar a sua irradiação para outros municípios do Agreste Paraibano.

Específicos:

- Apoiar material, técnica e metodologicamente as diferentes organizações de agricultores familiares da região para que estas possam assumir um papel crescente na promoção das experiências de desenvolvimento sustentável na região.
- Apoiar metodologicamente as organizações dos agricultores familiares no processo de tradução das experiências em curso em propostas de políticas públicas coerentes com a perspectiva agroecológica.
- Favorecer iniciativas práticas de agregação de valor e de melhor acesso ao mercado para produtos da agricultura familiar da região.
- Implementar um programa de formação agroecológica no nível regional.

- Estruturar em articulação com as organizações dos agricultores da região um sistema de comunicação social para a promoção da agroecologia.
- Apoiar a consolidação das ações do Pólo Sindical da Borborema em torno ao objetivo da promoção do desenvolvimento sustentado no Agreste Paraibano.
- Consolidar os sistemas de crédito alternativo geridos por organizações comunitárias e dar início a novos sistemas em outras comunidades e municípios da região.
- Implementar o monitoramento econômico e técnico de sistemas agroecológicos de produção familiar, com vistas a subsidiar as organizações comunitárias e sindicais e a Articulação do Semi-Árido Paraibano na formulação de suas demandas e propostas de políticas públicas.
- Implementar estudos e incentivar debates sobre as relações sociais de gênero e geracional na família e nas organizações comunitárias, visando promover a busca de maior equidade e sustentabilidade nos processos sócio-culturais e econômicos em curso na região.
- Reforçar e ampliar as ações de promoção da saúde das famílias rurais, incrementando a segurança alimentar e o uso dos recursos fitoterápicos no tratamento das moléstias.
- Estabelecer relações diretas com outras organizações promotoras da agricultura familiar ecológica no estado da Paraíba e no nível nacional na implementação de ações comuns e parcerias específicas que contribuam para uma melhor e maior expressão da agricultura familiar ecológica junto ao grande público rural e urbano, e aos agentes formuladores e implementadores de políticas públicas no país.

3 – Linhas de ação e metas

a) Formação

Esta linha de atuação refere-se às atividades orientadas para a valorização e aprofundamento dos conhecimentos envolvidos nas distintas experiências inovadoras em curso na região. Nesse sentido, trata-se de uma linha estreitamente articulada com o processo de experimentação já que, a um só tempo, o estimula e é por ele estimulado. A formação dos agricultores se organizará em vários eixos temáticos que se articulam em torno à dimensão técnica (formação agroecológica) e à dimensão política (formação de lideranças).

O programa de formação agroecológica terá por objetivos principais: articular agricultores-experimentadores, promovendo intercâmbio de experiências entre eles; preparar técnica e metodologicamente agricultores e agricultoras para atuarem na formação de outros agricultores e agricultoras; aprofundar os conhecimentos técnicos envolvidos nos experimentos.

O programa de formação sobre desenvolvimento sustentável tem por objetivos principais: formar e articular lideranças de agricultores e agricultoras, promovendo análises das experiências inovadoras em curso na região; estudar diferentes estratégias e métodos de ação política desencadeadas por organizações de agricultores tanto da região quanto de fora da região; analisar as políticas públicas oficiais e seus impactos sobre a sustentabilidade da agricultura familiar.

b) Comunicação

A comunicação social joga um papel fundamental na irradiação das experiências agroecológicas. Por intermédio de diferentes meios e canais de comunicação, se dará continuidade ao processo de divulgação das experiências sistematizadas na região de atuação da AS-PTA. Esse processo se dará em dois níveis:

- Na divulgação ampliada das experiências nos meios rural e urbano da região por meio de canais de comunicação de massa (rádio, televisão, folhetos, etc.). Com essa escala de comunicação, tem-se por objetivo sensibilizar o grande público para as iniciativas inovadoras que estão sendo desencadeadas na região através da iniciativa das organizações dos agricultores.
- Articulado com a dinâmica de formação-experimentação. Refere-se ao material de comunicação que dará suporte ao processo de formação horizontal (de agricultor a agricultor). Esse material (cartilhas, vídeos, folhetos, etc.) será produzido com base nas sistematizações das experiências promovidas pelas famílias de agricultores em suas propriedades.

c) Apoio à experimentação e fomento

Face ao alto grau de descapitalização das famílias de agricultores na região, o apoio material à experimentação é uma condição necessária para que se ponha em marcha o processo em uma escala socialmente significativa. Esse apoio já tem sido prestado pela AS-PTA com sucesso, principalmente por meio de diferentes mecanismos de crédito geridos pelas próprias organizações locais. É importante destacar que, para além da possibilidade de implementar-se a estratégia metodológica, o apoio à experimentação através de diversificadas formas de crédito alternativo tem gerado referências inovadoras de natureza organizativa. Estas se revestem de fundamental importância para a elaboração de propostas de políticas públicas para o financiamento da conversão agroecológica dos sistemas agrícolas familiares da região.

d) Conhecimento da realidade, pesquisa, monitoramento e sistematização

Desde o início do programa local, a AS-PTA mantém essa linha de atuação visando uma permanente atualização das informações referentes ao avanço do trabalho nos planos técnico, metodológico e sócio-organizativo. Também faz parte desse esforço o aprofundamento do conhecimento sobre a composição e o funcionamento dos agroecossistemas tradicionais, e a implementação de trabalhos de pesquisa, visando o planejamento de seus processos de conversão agroecológica. Essa linha tem cobrado significativo investimento por parte da equipe da AS-PTA e das organizações dos agricultores. Desde o último triênio, foi possível intensificar-se as relações com instituições oficiais dedicadas à pesquisa agrícola, permitindo o estabelecimento de importantes parcerias nesse campo.

e) Articulação em redes

A ação articulada com outras organizações da sociedade civil voltadas para a promoção da agroecologia e do desenvolvimento sustentado da agricultura familiar faz parte das prioridades estratégicas da AS-PTA. É por intermédio dessas articulações que se pretende viabilizar a irradiação das experiências inovadoras em curso ainda de forma localizada em algumas comunidades e municípios da região do Agreste da Paraíba. Para viabilizar a consolidação e o contínuo

fortalecimento das várias dinâmicas de ação em rede já existentes na região, a AS-PTA manterá um permanente serviço de assessoria técnica e metodológica às articulações da sociedade civil.

A operacionalização dessas linhas de ação será realizada com base nos seguintes programas de trabalho:

- Programa de Biodiversidade;
- Programa Recursos Hídricos;
- Programa Criação Animal;
- Programa Agrofloresta;
- Programa de Gestão da Fertilidade dos Agroecossistemas.

As metas do programa local no Trienal são as seguintes:

Programa de Biodiversidade

➤ Diversidade Agrícola

- Implantação e gestão de 50 Bancos de Sementes Comunitários (BSCs) em 8 municípios do Compartimento da Borborema, beneficiando 1.500 famílias;
- Aumento da diversidade de cultivos nos roçados de 1.000 famílias com 12 espécies (sorgo, guandu, gergelim, inhame, amendoim, abóbora forrageira, girassol, algodão, crotalaria, capim de pista, palma, coentro);
- Implantação de um sistema de seguridade de sementes em 5 municípios do Agreste da Borborema para abastecimento de 900 famílias;
- Resgate e conservação e/ou introdução de pelo menos 150 variedades de 6 espécies cultivadas: feijão de arranque, feijão macassa, fava, milho, mandioca, inhame, batata doce e batatinha;
- Armazenamento, secagem e tratamento de pelo menos 50.000 kg de sementes por ano;
- Fortalecimento de uma rede de 200 BSCs da Articulação do Semi-Árido Paraibano, beneficiando 6.000 famílias em todo o estado da Paraíba, através da formação técnica e política de 150 lideranças;
- Participação de 4.000 agricultores e agricultoras no processo de formação em biodiversidade agrícola e gestão comunitária;
- Formação de 100 agricultores formadores em manejo técnico, gestão organizativa de BSCs e políticas públicas relacionadas à biodiversidade agrícola.

➤ Sistema de Cultivos Ecológicos

- Integração aos agroecossistemas tradicionais de novos cultivos agrícolas por 1.000 famílias de 8 municípios do Compartimento da Borborema;
- Estímulo à experimentação participativa por 1.000 famílias de consórcios variados que introduzem 9 espécies cultivadas de importância na diversificação das fontes de renda na agricultura familiar da região;
- Inovação de técnicas em manejo ecológico dos solos e controle alternativo de pragas para produção ecológica por 350 famílias;
- Fortalecimento e criação de 3 fundos rotativos de esterco para recomposição da fertilidade das terras de 70 famílias;

- Formação de 100 agricultores formadores em biodiversidade agrícola, sanidade e fertilidade dos sistemas agrícolas.

➤ **Programa Saúde e Alimentação**

- Resgatar, sistematizar e difundir informações sobre identificação, manejo e uso de plantas medicinais e alimentícias para 1.000 famílias de 6 municípios do Compartimento da Borborema;
- Complementação nutricional, principalmente com “multimistura”, de 530 crianças, gestantes e lactantes em 16 comunidades com ocorrência de risco de desnutrição;
- Formação de 60 agricultoras e agricultores formadores em manejo da biodiversidade para melhoria da saúde e alimentação das famílias considerando valores sociais como partilha, comunhão e solidariedade.

Programa Recursos Hídricos

➤ **Aumento da segurança hídrica para consumo humano e animal**

- Implantação e gestão de 81 fundos rotativos de cisternas de placas para captação e armazenamento de água de chuvas em 9 municípios do Compartimento da Borborema beneficiando diretamente 405 famílias;
- Apoio a 80 famílias na construção e ampliação de reservatórios para captação e armazenamento de água, tais como tanques de pedra, barreiros e poços em 5 municípios do Agreste da Paraíba;
- Realizar três eventos de formação por ano na área de captação e armazenamento da água de chuva e gestão de fundos rotativos de cisternas;
- Capacitação de 180 pedreiros para a construção de cisternas de placas em 6 municípios;
- Formação de 80 agricultores formadores e cerca de 2.000 famílias nas áreas de captação e armazenamento de água e gestão de fundos rotativos de cisternas.

➤ **Manejo de solo e água na propriedade**

- Capacitação de 60 agricultores formadores e de 400 famílias na construção de cisternas de placas e de barragens subterrâneas;
- Construção de 27 barragens subterrâneas nos municípios do Compartimento da Borborema, beneficiando diretamente 27 famílias;
- Formação de 300 agricultores em técnicas de manejo do solo e da água em sistemas agrícolas.

➤ **Recursos hídricos e desenvolvimento local**

- Realização de 2 Diagnósticos Participativos de Recursos Hídricos na região do Compartimento das Borborema;
- Fortalecimento de uma rede de grupos de famílias que atuam na gestão de fundos rotativos de cisternas de placas e técnicas de captação e armazenamento de água na ASA-PB. Por intermédio dessa rede serão formadas 100 lideranças comunitárias nas áreas de gestão de fundos de crédito rotativo, manejo e tratamento da água e políticas públicas voltadas para a área de recursos hídricos.

Programa Criação Animal

➤ Sub-programa Criação Animal

- Aumento, diversificação e regularização da oferta de forragem para 270 famílias do Compartimento da Borborema;
- Introdução do uso de sal mineral como prática de melhoria da nutrição e sanidade dos rebanhos de 45 agricultores familiares;
- Uso e manejo conservacionista de plantas nativas forrageiras por 135 famílias do Compartimento da Borborema;
- Melhoria dos sistemas de criação de aves e de suínos de 45 famílias;
- Uso de remédios caseiros para prevenção e tratamento de doenças em animais por 45 famílias;
- Introdução e valorização da apicultura e meliponicultura em 30 unidades familiares;
- Formação de 90 agricultores formadores no Compartimento da Borborema em sistemas sustentáveis de criação para a agricultura familiar.

Programa Agrofloresta

- Implantação de sistemas diversificados de essências frutíferas e florestais de múltiplo uso em 500 unidades produtivas do compartimento de Borborema;
- Implantação de 45 viveiros familiares de mudas de espécies frutíferas e florestais de múltiplo uso, priorizando-se as essências nativas;
- Produção e distribuição de 150 mil mudas de essências florestais de múltiplo uso e frutíferas para implantação e fortalecimento dos sistemas diversificados;
- Produção e distribuição de 15.000 mudas de espécies florestais de uso fitossanitário e fitoterápico para agricultura e pecuária;
- Recuperação de 10 áreas degradadas/marginais com espécies florestais nativas de múltiplo uso;
- Formação de 100 agricultores em implantação e manejo sustentável de sistemas diversificados de essências florestais de múltiplo uso e frutíferas.

Programa de gestão da fertilidade dos agroecossistemas

- Realização de um Zoneamento Agroecológico da Micro-região do Agreste da Agricultura Familiar envolvendo aproximadamente 15 municípios;
- Monitoramento e avaliação do impacto sistêmico das inovações agroecológicas implementadas pelo projeto.

4 – Avaliação e monitoramento

As ações de avaliação e monitoramento do programa local serão realizadas em dois níveis:

- na equipe: sistematicamente a equipe avaliará o andamento do programa, em suas reuniões semanais, e de forma mais detida, a cada semestre;

- junto aos grupos/associações e sindicatos: a avaliação será semestral junto às comunidades de maior inserção no programa regional de desenvolvimento sustentável, e junto à coordenação do Pólo Sindical da Borborema.

Os principais indicadores utilizados para a avaliação do projeto serão os seguintes:

- número de eventos de capacitação realizados e número de participantes;
- número de agricultores e agricultoras experimentadores e promotores formados;
- número e tiragem dos meios de difusão produzidos;
- número de famílias que adotaram as práticas agroecológicas propostas nas diferentes linhas técnicas de trabalho;
- diferencial de custos de produção de sistemas agroecológicos em relação ao sistema convencional;
- número de famílias beneficiadas com os recursos do fundo rotativo;
- número de bancos de sementes comunitários implantados;
- número de famílias beneficiadas com os bancos de sementes comunitários;
- número de mulheres agricultoras beneficiadas pelo programa;
- número de jovens rurais beneficiados pelo programa;
- número de visitas de intercâmbio com outras organizações da ASA-PB;
- relações de parceria efetivadas com centros de pesquisa e universidades, e secretarias municipais de agricultura;
- número de artigos e textos de sistematização produzidos.

6.1.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná

1 – Contexto e balanço dos últimos três anos

Com a realização do 2º Congresso da Agricultura Familiar do Centro-Sul do Paraná (1.998), o conjunto das organizações articuladas no Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da região reafirmou a prioridade de promover ampla difusão da agroecologia de forma contínua junto às comunidades rurais, e uma intervenção direta junto às instituições formuladoras e implementadoras de políticas públicas, de modo a direcionar o desenvolvimento rural na perspectiva sustentável. Neste sentido, consolidou-se essa instância de articulação política regional, sendo o Fórum o interlocutor parceiro da AS-PTA na promoção do desenvolvimento rural sustentado junto às comunidades, bem como no planejamento, monitoramento e na avaliação das atividades do programa local.

Nessa perspectiva, foi impulsionado no período o Programa Regional de Formação de Agricultoras e Agricultores Experimentadores e Promotores da Agroecologia, a partir dos quatro grupos temáticos: Desenvolvimento Rural Sustentado; Manejo Ecológico de Solos; Manejo e Uso Sustentado da Agrobiodiversidade; e Manejo Sustentado da Floresta de Araucária, totalizando 120 participantes. Estes, por sua vez, desenvolvem amplo processo de experimentação, conduzindo ensaios e áreas demonstrativas onde aplicam técnicas agroecológicas; e ainda, exercem junto às organizações sindicais e associações ou grupos informais a função de promoverem eventos de

divulgação e de formação de novas agricultoras e agricultores, sendo, portanto, os principais agentes na difusão da agroecologia a nível regional.

Somando-se aos esforços nos níveis comunitário, municipal e regional, tem crescido a participação de agricultoras e agricultores em eventos realizados em outras regiões do Paraná e outros estados, apresentando suas experiências, o que possibilitou também a publicação de diferentes artigos através dos anais dos eventos ou em revistas e livros.

Além da ação direta dos experimentadores e promotores, o Fórum buscou ampliar suas relações institucionais, estabelecendo parcerias e alianças que potencializaram sua capacidade de expressão pública e sua qualificação técnica.

No campo político, o Fórum sediou a realização da 14ª Romaria da Terra do Paraná (1.999), em ação conjunta com a CPT – Comissão Pastoral da Terra, com apoio da Prefeitura Municipal de Rebouças, inserindo pela primeira vez o tema da agricultura ecológica neste evento, do qual participaram 30.000 romeiras e romeiros, motivados pelo lema “Produzir o Alimento Sagrado e Viver em Comunhão”, ocasião em que o público teve a oportunidade de conhecer os trabalhos de promoção da agricultura familiar ecológica na região.

Mobilizados a partir do 2º Congresso da Agricultura Familiar, os jovens rurais desencadearam sucessivos eventos municipais e regionais, e decidiram se articular regionalmente, criando a PJR – Pastoral da Juventude Rural (1.999). Nesse mesmo ano realizaram, em novembro, a 1ª Romaria da Juventude Rural, da qual participaram 4.000 jovens, motivados pelo lema “Jovens: Sementes do Novo Milênio, a Vida sem Transgênicos”, ocasião em que realçaram a campanha regional de luta contra a liberação dos cultivos transgênicos no Brasil, ato este que alcançou ampla repercussão no estado, e gerou forte motivação entre a juventude rural. Outro momento decisivo foi a realização do 1º Congresso da Juventude Rural do Centro Sul do Paraná (agosto de 2.000), com a participação de 300 delegados/as, quando aprofundaram suas discussões específicas, e reafirmaram três eixos temáticos de lutas:

- a organização da juventude rural, com vistas a estimular diferentes formas organizativas dos jovens, mantendo-se articulados no Fórum;
- a educação no meio rural, enfocando a análise dos sistemas educacionais formais e informais presentes nas comunidades rurais, e a formulação de propostas para a promoção da educação contextualizada com a realidade rural e a agroecologia;
- e, o terceiro tema, a agroecologia, voltando-se para o estímulo aos jovens para implementarem a agricultura ecológica nos sistemas de produção das famílias, e aprofundando os estudos e as ações contrárias ao uso de agrotóxicos e a liberação dos transgênicos no país.

A partir de então, os jovens se lançaram na promoção de sucessivos eventos orientados pelas deliberações do Congresso, destacando-se a formulação de propostas de currículos escolares e sua apresentação às secretarias municipais de educação; a apresentação da proposta de lei municipal de proibição do cultivo e comercialização de transgênicos, a qual foi aprovada pelas câmeras de vereadores e sancionada pelos prefeitos de 6 municípios da região; atos de formação da consciência pública sobre os perigos dos agrotóxicos; e a realização da 2ª Romaria da Juventude Rural (2.000), com o lema “Na Terra Sagrada Garantimos nossa Cidadania – Jovem você é digno desta terra”, da qual participaram 4.500 jovens. Além disso, tiveram início as atividades da Escola de Formação de Jovens Rurais, com duas turmas de 55 participantes cada, a qual realiza suas atividades

bimestralmente e de forma itinerante, tratando de temas específicos da organização dos jovens (na família, na comunidade, no município, na região), tais como: o trabalho, educação, religião, agroecologia, lazer, cultura, etc.

Na perspectiva educacional e da formação da consciência ecológica da população, duas iniciativas se destacaram no período. A primeira, em parceria do Fórum com o Departamento Rural da CUT – Central Única dos Trabalhadores, através do Projeto Terra Solidária, foi voltada para a educação formal de jovens rurais através de curso supletivo de primeiro grau, tendo a agroecologia como matéria básica curricular. Concluiu-se a formação de 110 jovens (2.001) na região, e iniciaram-se novas turmas com 150 participantes. O tema da agroecologia foi ainda incluído no currículo da Escola Familiar Rural do município de Bituruna, que forma jovens rurais em regime de alternância. O Projeto Terra Solidária inclui ainda a dinâmica de intercâmbio “agricultor a agricultor”, sendo que o Fórum recebe agricultoras e agricultores dos três estados sulinos para apresentar-lhes o programa regional de manejo sustentado da agrobiodiversidade. A segunda iniciativa deu-se em parceria com a Diocese de União da Vitória, com a realização do Jubileu da Agricultura Familiar (2.000). Foram editadas duas cartilhas enfocando a realidade da agricultura familiar da região e do país, os impactos da revolução verde (erosão do solo, erosão genética, desmatamentos, assoreamento e poluição dos rios, êxodo rural, etc.) e as experiências agroecológicas da região e outras. Uma das cartilhas foi utilizada no processo de formação de lideranças comunitárias, as quais utilizaram-se da outra cartilha para orientarem as reuniões nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Este processo envolveu a formação de 3.000 lideranças, e a participação de 15 mil famílias rurais. Esta iniciativa foi retomada em 2.001.

Outro campo de avanços significativos no período foi a conquista de secretarias municipais de agricultura por parte dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que, após as eleições municipais de 2.000 indicaram agricultoras e agricultores para assumirem aquelas pastas em quatro prefeituras, o que vem resultando em conquistas efetivas para a promoção da agricultura familiar ecológica. Esta ação política já havia sido implementada nas eleições municipais de 1.996, quando se obteve influência em três prefeituras. A ocupação desses espaços vem reforçando a consolidação da agroecologia como estratégia para o desenvolvimento sustentável da região, através da implementação de programas municipais e outras políticas públicas de apoio aos agricultores e da constituição de mecanismos de mercado que suprimem os intermediários, possibilitando aos agricultores agregarem valor à sua produção e à população urbana o acesso a alimentos ecológicos a preços competitivos.

No campo técnico, destacou-se a parceria com a UEL – Universidade Estadual de Londrina, através do Departamento de Biologia Geral. Com a assessoria de 5 professores foi iniciado um bastante amplo programa de melhoramento genético de 79 variedades crioulas de milho, com a participação direta de 65 agricultoras e agricultores promotores e outras 1.000 famílias que manejam os campos experimentais e de melhoramento das variedades. Outra parceria técnica deu-se junto a uma equipe de pesquisadores do Iapar – Instituto Agronômico do Paraná (órgão estadual oficial de pesquisa), no desenvolvimento de experimentos de manejo ecológico de solos, com envolvimento direto de 45 experimentadores, 300 famílias de agricultores e a Escola Familiar Rural de Bituruna. Aos resultados técnicos, soma-se o desenvolvimento de debates e formulações de metodologias de pesquisa participativa, com vistas a se constituir um referencial nas relações entre agricultores e pesquisadores, aspecto este de grande relevância no meio técnico-científico e acadêmico, e primordial nos meios que debatem e repensam os sistemas de pesquisa e de extensão rural. A esses aportes que vem qualificando o processo de experimentação, soma-se a difusão crescente da agroecologia para novas comunidades, como resultado da ação das agricultoras e agricultores

experimentadores e promotores, alcançando o envolvimento direto de aproximadamente dez mil famílias que se encontram em diferentes estágios de conversão dos seus sistemas de produção do convencional para agroecológicos.

Do ponto de vista da expressão pública do trabalho, consolidou-se no período a realização das feiras municipais e regionais de sementes, as quais são realizadas anualmente, totalizando no período 1.999/2.001, 20 feiras municipais e 2 feiras regionais, com vinte e seis mil participantes, sendo a maioria agricultoras e agricultores familiares. Nas feiras, um misto de celebração e festa, revigoram-se os valores culturais, místicos e sagrados das sementes e a vocação de ser agricultoras e agricultores, fortalecendo laços de solidariedade e comunhão entre famílias, concretizados na oferta e na partilha das sementes que cada um conserva e usa na sua propriedade. É também um momento de forte expressão da importância da agricultura familiar na conservação e melhoramento do patrimônio genético do país, através do livre intercâmbio das sementes e outros materiais propagativos, e da campanha regionalmente denominada “Brasil Ecológico – Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxico”, motivando a população a encampar a agroecologia e a se manifestar contrariamente à liberação dos transgênicos e ao uso de agrotóxicos. Com a promoção das feiras, o Fórum vem conseguindo um crescente envolvimento de Prefeituras Municipais e equipes da Emater-PR (órgão oficial de extensão rural) na organização e promoção das mesmas, bem como tem impulsionado a tramitação de leis municipais contrárias à liberação dos transgênicos e de restrição ao uso de agrotóxicos.

Cresceu significativamente a pressão dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais sobre as agências locais e a Superintendência Estadual do Banco do Brasil e Emater-PR, exigindo autorização para que os agricultores utilizem os recursos do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) para implementarem a agricultura ecológica, o que vem resultando em certo nível de superação dos entraves, com alguns grupos de agricultores conseguindo tal intento. Neste particular, o maior feito vem dos esforços da Secretaria de Agricultura do município de Irati, que exerceu forte pressão sobre aquelas instituições, conseguindo o estabelecimento de um conjunto de reformulações para que o Pronaf financiasse de forma privilegiada aquelas famílias que estão em estágio avançado de produção agroecológica e aquelas que dessem início ao processo de transição para sistemas agroecológicos de produção.

Frente ao crescente volume de produção de alimentos ecológicos, ganharam relevância as discussões sobre diferentes aspectos da organização econômica das famílias, como certificação, volumes produzidos e periodicidade, estruturação agroindustrial, sistemas de comercialização, acesso aos insumos ecológicos, dentre outros. Além da estruturação de feiras livres em três municípios, vários grupos vêm estabelecendo negócios junto à Aopa – Associação dos Produtores Orgânicos do Paraná e a uma empresa privada, movimentando volumes significativos da produção. Outra iniciativa foi a constituição de um consórcio de seis organizações econômicas da agricultura familiar da região para gerirem um empreendimento constituído por duas unidades de beneficiamento de grãos ecológicos, as quais deverão entrar em operação nas safras 2.001/2.002 e 2.002/2.003. Além disso, foram constituídas três unidades de beneficiamento de erva-mate, distribuídas em dois municípios, já em operação no mercado informal e no mercado atacadista, encontrando-se em adiantado processo de definição de marca e registros para operar no mercado varejista. O maior limitante a ser enfrentado no curto prazo está na constituição do capital de giro que possibilite o adiantamento de recursos financeiros parciais aos agricultores, enquanto as mercadorias circulam no sistema comercial. Quanto à certificação, o Fórum vem se articulando com a Rede Eco Vida de Certificação Participativa, a qual já está estruturada nos estados do sul do país.

Com vistas a qualificar a ação política do Fórum, dois campos de estudos vêm sendo concomitantemente implementados. O primeiro, diz respeito à análise dos impactos das políticas públicas sobre a sustentabilidade da agricultura familiar. Os esforços iniciais a respeito ficaram restritos ao caso do município de Rebouças onde, a partir do diagnóstico da realidade local e da análise de políticas públicas locais, estaduais e federais, puderam ser levantadas importantes referências para o movimento social da região orientar suas ações junto às instituições formuladoras e implementadoras de políticas para a agricultura familiar, com destaque para o crédito rural, a pesquisa e a extensão rural, e a estruturação de empreendimentos econômicos gerenciados pelos agricultores, em oposição aos sistemas de integração com grandes agroindústrias que monopolizam as regras do negócio. O segundo campo de estudo, diz respeito ao monitoramento econômico dos sistemas familiares de produção. Com base em uma formulação que supera os limites das análises econômicas convencionais, que se fixam no estudo dos custos monetários de produção e da renda monetária, os levantamentos de campo e as análises reúnem as informações relacionadas à economia não monetária, à divisão social do trabalho na família e às relações de vizinhança, ao manejo dos recursos naturais e sua apropriação pela família, aos serviços ambientais e aos serviços de saúde pública prestados pela família (plantas medicinais, uso de técnicas ecológicas de produção, conservação florestal, proteção de fontes de água, etc.), a segurança alimentar, os serviços de desenvolvimento de conhecimentos e de tecnologias ecológicas através da experimentação na propriedade, os fluxos de matéria orgânica, a biodiversidade nos agroecossistemas, a qualidade de vida (expressa em saúde, alimentação, escolarização, vestuário, moradia, mobiliário, etc.), entre outros aspectos, que permitam a definição de indicadores sistêmicos sobre a sustentabilidade social, cultural, econômica e ecológica dos agroecossistemas de produção familiar da região.

Um acontecimento revelador da elevada expressão política alcançada pelo Fórum verificou-se com o convite por parte da Fretaf-Sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul do Brasil (recentemente criada em substituição aos Departamentos Rurais da CUT Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), para sediar um dos eventos da Caravana da Agricultura Familiar com Lula (candidato à presidência da república pelo PT – Partido dos Trabalhadores). Em consequência, realizou-se em São Mateus do Sul (julho de 2.001) um dia de campo com 1.500 agricultoras e agricultores familiares, quando o candidato pôde conhecer na prática os trabalhos de manejo sustentado da floresta de araucária, desenvolvimento de equipamentos e máquinas de tração animal, uso de plantas medicinais na saúde humana, o programa de manejo da agrobiodiversidade com exposição das sementes e animais de raças crioulas e técnicas de manejo ecológico de solos. Na oportunidade foi-lhe entregue um documento levantando a problemática da revolução verde sobre os recursos naturais e a agricultura familiar da região, e diretrizes para políticas que promovam o manejo sustentado da biodiversidade em sistemas familiares de produção agropecuária.

Outra iniciativa do Fórum Regional dos Agricultores e Agricultoras que se destaca a partir de fevereiro de 2.001 é a articulação de amplos segmentos promotores da agroecologia e da agricultura familiar no Paraná, tendo em vista a realização de um evento estadual sobre a agroecologia e agricultura familiar. Levada a discussão para outras organizações, avançou-se então para a estruturação da “Jornada Paranaense de Agroecologia”, reunindo ONGs, organizações locais e estaduais da agricultura familiar, CPT – Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude Rural, MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Prefeituras Municipais, Cooperativas Rurais de Crédito, entre outros. Essa iniciativa vem recebendo novas adesões e orienta-se na perspectiva de articular o campo democrático popular atuante na promoção da agricultura ecológica familiar, superando o isolamento regional, e realizar um evento estadual unificado que permita ampla manifestação política a favor da agricultura ecológica familiar. A iniciativa terá continuidade, na forma de uma ampla rede estadual de organizações que, na sucessão dos eventos locais e

regionais, promoverá anualmente um evento estadual unificado, gerador de desdobramentos políticos, técnicos e econômicos de interesse da agricultura familiar ecológica. Este evento se articula com a iniciativa de realização do Encontro Nacional de Agroecologia.

Em que pese a agricultura familiar seguir penalizada pelas políticas públicas e socialmente excluída, o Fórum tem conseguido implementar as diretrizes do 2º Congresso da Agricultura Familiar: impulsionar conquistas e arregimentar grande contingente da população rural em torno da promoção da agroecologia e da organização comunitária revigorando valores culturais, a auto-estima, a solidariedade e a partilha, o crescimento da consciência ecológica e da cidadania.

Enquanto do ponto de vista tecnológico os avanços são significativos e capazes de assegurar a produção ecológica de alimentos com riscos minorados, a consolidação dos empreendimentos econômicos e abertura de novos, aliada à qualificação gerencial, revelam-se como os desafios mais importantes a serem suplantados no próximo período. No campo político, caberá ao Fórum colocar-se em outro nível de articulação no estado e no país, associando-se a outras organizações da agricultura familiar e de promoção da agroecologia, e no âmbito regional, valorizar e impulsionar a rearticulação das mulheres agricultoras através dos grupos comunitários, e nos níveis municipal e regional, a exemplo do que se vem ocorrendo junto à juventude rural.

2 – Objetivos específicos

Dando continuidade e visando a desenvolver a articulação orgânica com os movimentos da agricultura familiar do Centro-Sul do Paraná através do Fórum Regional das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o programa de desenvolvimento local terá os seguintes objetivos específicos para o período:

- Assessorar as organizações dos agricultores e agricultoras nas suas ações político-organizativas direcionadas para a elaboração e implementação de propostas para o desenvolvimento rural sustentado, tanto nos níveis da execução direta dos trabalhos nas comunidades rurais quanto no processo de negociação junto às instituições governamentais formuladoras e gestoras de políticas públicas.
- Dar prosseguimento ao programa regional de formação de agricultoras e agricultores experimentadores e promotores e dos jovens rurais, e ampliar a escala de ação destes nas atividades de formação nas comunidades rurais e nos municípios.
- Sistematizar e publicar os resultados técnicos e metodológicos alcançados no processo de experimentação e difusão participativa através de procedimentos apropriados para os diferentes públicos prioritários a serem influenciados.
- Ampliar o número de grupos/associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais e secretarias municipais de agricultura atuantes na promoção do desenvolvimento rural sustentado, através da aplicação da agroecologia nos sistemas de produção agropecuários de base familiar, com envolvimento direto de 10.000 famílias.
- Estruturar e consolidar junto ao Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da região uma política de comunicação social, para ampliar o debate político-

organizativo e técnico-agronômico e a difusão das propostas desenvolvidas para os sistemas produtivos regionais.

- Apoiar as iniciativas coletivas de produção, agroindustrialização e comercialização no âmbito regional, e prioritariamente assessorar as famílias e suas organizações econômicas na gestão dos empreendimentos e mobilização de recursos financeiros.
- Implantar um sistema financeiro de fundo rotativo de gestão partilhada entre a AS-PTA e o Fórum, voltado para o incremento da produção agroecológica de consumo familiar e para o mercado, e para alavancar os empreendimentos econômicos.
- Implementar o monitoramento econômico de sistemas agroecológicos de produção familiar, com vistas a subsidiar as organizações comunitárias e sindicais e o Fórum, nas discussões sobre gestão dos sistemas produtivos e dos empreendimentos econômicos, e na formulação de suas demandas e propostas de políticas públicas para a agricultura familiar ecológica.
- Implementar estudos e incentivar debates e ações concretas sobre as relações sociais de gênero e geracional na família e nas organizações comunitárias e sua contextualização mais geral, visando promover a busca de maior equidade nos processos sócio-culturais e econômicos presentes na região.
- Reforçar e ampliar as ações de promoção da saúde das famílias rurais, incrementando a segurança alimentar e o uso dos recursos fitoterápicos no tratamento das moléstias.
- Estimular e apoiar o intercâmbio entre os grupos e organizações dos agricultores e agricultoras do Centro-Sul do Paraná com outros grupos e organizações do estado e outras regiões do país.
- Estabelecer relações diretas com outras organizações promotoras da agricultura familiar ecológica no estado do Paraná e a nível nacional na implementação de ações comuns e parcerias específicas que contribuam para uma melhor e maior expressão da agricultura familiar ecológica junto ao grande público rural e urbano, e aos agentes formuladores e implementadores de políticas públicas no país.

3 - Linhas de ação e metas

Desenvolvimento Regional Sustentado

- Assessorar as organizações comunitárias e o Fórum Regional nas suas ações político-organizativas e técnico-produtivas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentado. **Metas:** implementar 5 novas iniciativas-piloto e consolidar as 5 experiências anteriores de desenvolvimento comunitário junto às associações, e de desenvolvimento municipal junto a 3 novos Sindicatos de Trabalhadores Rurais; junto ao Fórum Regional, assessorar a elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentado da Agricultura Familiar do Centro-Sul do Paraná; apoiar a realização dos 3º e 4º Congressos da Agricultura Familiar do Centro-Sul do Paraná.

- Dar continuidade e ampliar relações de cooperação com executivos municipais na área do desenvolvimento local. **Metas:** consolidar as relações de parceria com as Secretarias Municipais da Agricultura de Palmeira, Irati, General Carneiro, Porto Vitória e Ponta Grossa, e iniciar ações de cooperação com as Secretarias Municipais dos municípios de Paulo Frontin e Castro.
- Ampliar o relacionamento com a igreja Católica na região, visando à promoção da formação da consciência ecológica das lideranças paroquiais. **Metas:** publicar anualmente uma revista para lideranças e outra para apoiar as reuniões dos grupos de família; assessorar atividades de formação de lideranças nas Comunidades Eclesiais de Base.
- Consolidar as relações de parceria com as instituições de pesquisa no desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para os agroecossistemas da agricultura familiar da região. **Metas:** dar continuidade à cooperação com a UEL - Universidade Estadual de Londrina, Iapar – Instituto Agrônomo do Paraná e Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Centros de Microbiologia e de Florestas), e iniciar entendimentos junto a Unicentro – Universidade do Centro Oeste do Paraná, campus de Irati.
- Dar prosseguimento ao programa regional de formação de agricultores e agricultoras, com ênfase na formação de experimentadores e promotores nos temas Desenvolvimento Rural Sustentado, Manejo Ecológico de Solos, Manejo Sustentado da Floresta de Araucária e Manejo da Agrobiodiversidade, e viabilizar os meios didáticos e pedagógicos para a promoção de atividades de formação e de difusão junto às comunidades rurais. **Metas:** prosseguir a formação dos atuais 220 participantes, e iniciar a formação de novos 150, os quais atuarão na formação e apoio a pelo menos 10.000 famílias da região.
- Apoiar e assessorar a Escola de Formação de Jovens Rurais nos temas da organização, educação e agroecologia. **Metas:** formar 150 jovens para atuarem na organização dos grupos comunitários e nas campanhas e mobilizações relacionados aos temas trabalhados na formação e outros de interesse da agricultura familiar; apoiar a realização anual da Romaria da Juventude Rural; apoiar a realização do 2º Congresso da Juventude Rural do Centro-Sul do Paraná; publicar anualmente uma revista para formação de jovens.
- Iniciar um programa específico para formação de mulheres agricultoras e apoiá-las na promoção da organização das agricultoras e sua articulação regional. **Meta:** envolver inicialmente 50 mulheres no programa de formação.
- Divulgar por diferentes meios a experiência acumulada pelas organizações dos agricultores e agricultoras na promoção do desenvolvimento rural. **Meta:** editar 4 vídeos.
- Assessorar a implementação de uma política de comunicação social articulada regionalmente pelo Fórum, com base nos canais informais e formais e nos recursos materiais e financeiros já disponíveis nas comunidades e municípios. **Meta:** capacitar 30 dirigentes sindicais e de associações para melhor produzirem os programas de rádio e publicações institucionais.
- Dar prosseguimento à implementação das campanhas de esclarecimento à população da região sobre os temas agrotóxicos e plantas transgênicas. **Metas:** impulsionar a aprovação de leis municipais de restrição aos agrotóxicos e às plantas transgênicas na região; publicar uma cartilha e um boletim sobre agrotóxicos; publicar uma cartilha sobre plantas transgênicas.

- Participar em diferentes instâncias da articulação de organizações promotoras da agricultura familiar ecológica no estado do Paraná e a nível nacional. **Metas:** no Paraná, priorizar a participação junto à articulação de organizações promotoras da Jornada Paraense de Agroecologia, que acontecerá anualmente; a nível nacional, priorizar as relações junto à Rede PTA e preparação e desdobramentos do Encontro Nacional de Agroecologia.

Manejo Ecológico de Solos

- Sistematizar e publicar os resultados técnicos alcançados no processo de experimentação participativa no período anterior, utilizando-se de meios adequados segundo os diferentes objetivos e públicos que se pretende alcançar. **Metas:** publicar um livro; publicar artigos em revistas e anais de eventos técnicos.
- Avançar na definição de indicadores para o monitoramento das propostas técnicas de manejo ecológico de solos atualmente em processo de experimentação e difusão. **Meta:** estabelecer parcerias com o Iapar e Embrapa (Centro Nacional de Agrobiologia).
- Incrementar as atividades de experimentação participativa com as seguintes ênfases:
 - Recuperação de áreas degradadas. **Meta:** 15 unidades de experimentação;
 - Manejo da fertilidade. **Metas:** 150 unidades de experimentação compreendendo as seguintes técnicas: sub-dosagem de calcário e fosfato natural; uso de adubos verdes de inverno e de verão; manejo das plantas espontâneas e da palhada dos cultivos;
 - Plantio direto sem uso de herbicidas. **Meta:** 20 unidades de experimentação;
 - Difusão das atividades e resultados. **Metas:** publicar anualmente um folheto sobre adubos verdes de inverno e outro sobre adubos verdes de verão; publicar um boletim sobre manejo ecológico de solos; publicar uma cartilha sobre manejo ecológico de solos e outra sobre adubos verdes de inverno e de verão; editar 4 vídeos sobre o tema.
- Promover o fomento e ampliação do número de campos de produção de sementes de adubos verdes. **Metas:** trabalhar com pelo menos 25 espécies e beneficiar diretamente 6.000 famílias com a produção de 75 toneladas de sementes.

Manejo da Agrobiodiversidade

- Consolidar e ampliar o trabalho de resgate, avaliação, multiplicação e melhoramento de variedades locais com ênfase nos cultivos de milho, feijão, batatinha, mandioca e arroz, e outros cultivos de autoconsumo familiar. **Metas:**
 - Resgatar e avaliar 10 novas variedades de milho e 10 de feijão, 20 variedades de mandioca, 15 variedades de arroz e 5 variedades de batatinha;
 - Fomentar a produção de 300 toneladas de sementes de milho, de pelo menos 60 variedades; 200 toneladas de feijão, de pelo menos 40 variedades; 30 toneladas de sementes de arroz de

pelo menos 15 variedades; 100 toneladas de sementes de batatinha, de pelo menos 10 variedades; e 50 toneladas de manivas de mandioca, de pelo menos 15 variedades;

- Intensificar a produção de mudas e de sementes de espécies de cultivos nos quintais, para o autoconsumo familiar, com ênfase para hortaliças e frutíferas;
- Publicar anualmente o boletim das sementes; publicar uma cartilha sobre produção de sementes de milho, outra sobre produção de sementes de feijão, outra sobre resgate de variedades locais, outra sobre produção de sementes de batata, outra sobre a descrição das variedades de milho e de feijão, outra sobre beneficiamento e armazenamento de sementes na propriedade; publicar um livro sobre melhoramento participativo de variedades locais de milho; editar 4 vídeos;
- Atingir diretamente 10.000 famílias.
- Apoiar a incorporação pelas famílias de técnicas pós-colheita que permitam melhores condições de comercialização e agregação de valor. **Meta:** intensificar a difusão de técnicas de secagem, beneficiamento e armazenagem de sementes e grãos, de eficiência comprovada no processo de experimentação participativa.
- Fomentar e consolidar a estruturação da rede regional de intercâmbio de variedades locais. **Metas:** realizar anualmente as feiras comunitárias, feiras municipais e feiras regionais de sementes.

Manejo Sustentado da Floresta de Araucária

- Dar continuidade ao processo de experimentação participativa. **Meta:** 15 unidades de experimentação.
- Promover ampla difusão do método de manejo sustentado da floresta de araucária. **Metas:** publicar um livro; publicar uma cartilha sobre o método, outra sobre gestão das unidades de beneficiamento de erva-mate, outra sobre plantas medicinais nativas; publicar pelo menos 3 fascículos sobre plantas medicinais nativas; publicar 15 boletins com as experiências individuais dos experimentadores; editar um vídeo.
- Apoiar e fomentar iniciativas de processamento e transformação de produtos florestais, com ênfase para a erva-mate, as plantas com propriedades medicinais e frutos para o autoconsumo familiar. **Metas:** fomentar a complementação da unidade de beneficiamento de erva-mate da comunidade Iratinzinho; apoiar as ações do Fórum Regional na implementação do serviço popular de atendimento à saúde através dos recursos fitoterápicos; incrementar atividades de agroindustrialização caseira de frutas silvestres.
- Fomentar a produção de mudas de essências florestais nativas. **Meta:** apoiar a implantação de viveiros familiares e comunitários.

Segurança Alimentar

- Implantar unidades de experimentação de cultivos agroecológicos de cereais de inverno. **Metas:** 10 unidades de trigo, 10 de centeio, 5 de aveia branca e 5 de triticale.
- Promover ampla difusão do trabalho de produção agroecológica de alimentos para autoconsumo nos quintais e estimular a ampliação de iniciativas nesse campo. **Metas:** consolidar o trabalho junto aos grupos de mulheres agricultoras das comunidades Marmeleiro, Iratinzinho e Faxinal dos Antônios e fomentar junto a elas a aquisição de equipamentos para a produção e o beneficiamento de alimentos dos quintais; consolidar a parceria com a Pastoral da Criança com o desenvolvimento do projeto piloto de segurança alimentar junto à comunidade Mourão (São Mateus do Sul) e formação das agentes da Pastoral no Paraná e a nível nacional; publicar cartilha sobre manejo ecológico dos quintais; publicar cartilha sobre caldas e adubos caseiros; editar um vídeo.

Gestão

- Dar prosseguimento ao levantamento e cadastramento de associações comunitárias e grupos formais e informais atuantes na região. **Metas:** promover diagnóstico e efetuar análise para assessorar ações do Fórum na articulação das associações e grupos.
- Assessorar o Fórum na estruturação e implementação de empreendimentos econômicos. **Metas:** consolidar o sistema de consórcio de organizações econômicas gestoras das unidades de beneficiamento e comercialização de grãos; consolidar as parcerias entre as organizações econômicas gestoras das unidades de beneficiamento de erva-mate; implantar feiras de alimentos ecológicos em 10 municípios; consolidar a participação das organizações econômicas articuladas no Fórum junto à Rede Eco Vida de Certificação Participativa; dinamizar processos de relacionamento direto entre agricultoras e agricultores com o público urbano, com vistas à criação de sistemas de mercado solidários.
- Implantar um sistema financeiro de fundo rotativo. **Meta:** assessorar o Fórum na definição do sistema de gestão do fundo.
- Implementar um programa de formação para os dirigentes e funcionários das organizações econômicas. **Metas:** formar 200 dirigentes e funcionários; publicar uma cartilha sobre gestão de empreendimentos econômicos comunitários; editar um vídeo.
- Realizar o monitoramento econômico de sistemas de produção agroecológicos. **Metas:** desenvolver estudos de sistemas de produção ecológica de feijão, milho, batata e erva-mate; formular indicadores de sustentabilidade econômica, ambiental e social; subsidiar as organizações comunitárias e sindicais e o Fórum nas discussões sobre gestão dos sistemas produtivos e dos empreendimentos econômicos, e na formulação de suas demandas e propostas de políticas públicas para a agricultura familiar ecológica.

Produção Animal

- Intensificar as ações de resgate e reprodução de animais de raças adaptadas às condições dos sistemas de produção da agricultura ecológica familiar da região, facilitando o intercâmbio entre os agricultores e agricultoras. **Meta:** enfatizar o trabalho com suínos, bovinos, aves e animais de tração.
- Implantar unidades de experimentação de manejo da alimentação e sanidade das criações. **Metas:** 6 unidades de manejo da alimentação e 6 unidades de tratamentos de endo e ectoparasitas.
- Publicação. **Meta:** uma cartilha sobre alimentação e sanidade animal.

4 - Avaliação e indicadores

A avaliação do programa local ocorrerá em três níveis, a saber:

- na equipe: sistematicamente a equipe avaliará o andamento do programa, em suas reuniões semanais, e de forma mais detida, a cada trimestre;
- junto aos grupos/associações e sindicatos: a avaliação será semestral junto às comunidades de maior inserção no programa regional de desenvolvimento sustentável, e junto à coordenação do Fórum Regional;
- junto ao Fórum Regional: a avaliação será anual.

Os principais indicadores utilizados para a avaliação do programa serão os seguintes:

- número de eventos de capacitação realizados e número de participantes;
- número de agricultores e agricultoras experimentadores e promotores formados;
- número e tiragem dos meios de difusão produzidos;
- número de famílias que adotaram as práticas agroecológicas propostas nas diferentes linhas técnicas de trabalho;
- diferencial de custos de produção de sistemas agroecológicos em relação ao sistema convencional;
- número de famílias beneficiadas pelos campos de produção de sementes comunitários;
- número de operações de comercialização de produtos agroecológicos e seu resultado econômico;
- número de famílias beneficiadas com os recursos do fundo rotativo;
- número de mulheres agricultoras beneficiadas pelo programa;
- número de jovens rurais beneficiados pelo programa;
- número de visitas de intercâmbio com a Rede PTA e outros;
- relações de parceria efetivadas com centros de pesquisa e universidades, e secretarias municipais da agricultura;
- número de planos de desenvolvimento comunitário e municipal implantados.

6.2. Programas Transversais

6.2.1. Programa de Desenvolvimento Metodológico

1 - Balanço do Trienal 1.999-2.001

O triênio 1.999-2.001 foi marcado pela inauguração de um novo modo de organização funcional da AS-PTA. Nesse período, o tratamento da problemática do desenvolvimento metodológico, uma preocupação prioritária na entidade desde a sua fundação, passou a exercer um papel importante na costura interna a partir da organização de atividades transversais envolvendo tanto as equipes dos programas e projetos quanto representantes das entidades parceiras ao nível local. Favorecendo o trânsito de pessoas e idéias entre as unidades operativas da entidade, o programa transversal de desenvolvimento metodológico proporcionou melhores condições para a sistematização dos acúmulos institucionais nesse domínio, ao mesmo tempo em que facilitou a fecundação cruzada entre as dinâmicas locais de desenvolvimento a partir dos acúmulos de uns e de outros.

Além de algumas sistematizações publicadas, o principal produto alcançado nesse período foi a construção coletiva da concepção institucional a respeito da problemática da abordagem participativa para o desenvolvimento agrícola, superando a fase anterior ainda fortemente marcada por uma excessiva preocupação instrumental. Esse aspecto se manifesta de forma particularmente evidente nas crescentes sintonia e identidade percebidas entre técnicos e agricultores envolvidos em ambos os programas locais. Essa construção coletiva permite hoje uma maior capacidade de expressão pública da entidade a respeito dos fundamentos metodológicos de seu trabalho.

Nos campos da formação, experimentação e comunicação, que se articulam no que convencionamos denominar processo de “gestão do conhecimento agroecológico”, foram registrados avanços significativos tanto do ponto de vista das práticas implementadas localmente quanto da formulação teórica. O estímulo ao processo de experimentação técnica está na base de toda a abordagem metodológica adotada. Através de atividades individuais ou de grupos de agricultores-experimentadores, têm-se construído as bases pedagógicas para a estruturação de amplos processos de formação técnica em meio às comunidades e municípios de ambas as regiões onde a AS-PTA atua. O processo de formação técnica, por sua vez, estimula as próprias atividades de experimentação entre as famílias dos agricultores, numa dinâmica de construção coletiva do conhecimento, onde teoria e prática se retroalimentam de forma permanente.

A politização do processo, igualmente, vem se dando por intermédio de espaços de formação de lideranças fundados na reflexão e interpretação das experiências imediatas que estão sendo conduzidas nas comunidades e propriedades. A partir da confrontação dessas práticas inovadoras em processo de experimentação com as induzidas pelas políticas públicas convencionais, tem-se conseguido extrair conteúdos e métodos para a formulação de políticas públicas alternativas coerentes com a perspectiva agroecológica de desenvolvimento.

Tanto no campo técnico como no campo político, a abordagem metodológica empregada pela AS-PTA tem proporcionado a mobilização das comunidades e organizações dos agricultores envolvidas, garantindo crescentes níveis de sustentabilidade sócio-política aos processos locais de desenvolvimento.

No campo do monitoramento, a AS-PTA deu início a um esforço sistemático de sistematização dos impactos econômicos da incorporação de práticas agroecológicas nas unidades de produção familiares. Esse exercício de sistematização e monitoramento funda-se em referenciais teórico-metodológicos que vem sendo formulados e ajustados pela AS-PTA a fim de tornar o processo compatível com o enfoque agroecológico e com a racionalidade econômica da agricultura familiar. Esse esforço justifica-se pela inadequação e insuficiência dos procedimentos convencionais que têm sido utilizados para a análise econômica da agricultura familiar e pelas necessidades de conferir maior consistência e qualidade à promoção da agroecologia e de ter melhores condições de influência nos debates local e nacional sobre políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrícola, incluindo aí as organizações dos agricultores em diversos níveis, prefeituras municipais, instituições de pesquisa e ensino agrícola, extensão e crédito rural.

Também nesse triênio a AS-PTA obteve uma percepção mais nítida sobre os impactos sociais do emprego de sua abordagem metodológica a partir do enfoque de gênero. Graças à sua grande capacidade de estimular iniciativas autônomas de experimentação técnica e sócio-organizativa de diferentes grupos nas comunidades e diferentes membros nas famílias, seu método de trabalho tem permitido despertar energias sociais de homens e mulheres numa perspectiva mais equitativa, de forma a que os interesses, as limitações e as potencialidades dos diferentes membros dos grupos familiares e universos comunitários sejam integralmente contemplados e valorizados no processo de desenvolvimento. A necessidade de melhor sistematizar os efeitos positivos da abordagem metodológica sobre a equidade nas relações de gênero em meio à população com que trabalha diretamente é uma das conclusões de um estudo específico realizado por encomenda da AS-PTA no curso do atual triênio.

Nos últimos três anos a imagem pública da AS-PTA como entidade referencial no campo das abordagens participativas foi consolidada junto a diferentes atores que atuam na área do desenvolvimento agrícola. Nesse campo, destacam-se três novidades em relação ao triênio 1.996-1.998: A primeira, refere-se ao crescente interesse das instituições oficiais de pesquisa agrícola pelas abordagens participativas na área de experimentação técnica. Esse fato manifesta-se através dos inúmeros convites à AS-PTA para a participação em eventos de formação nessa área oriundos de diferentes instituições de pesquisa de vários estados brasileiros. A segunda, liga-se ao interesse da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Sul do Brasil em implementar programas de formação agroecológica para agricultores referenciados na metodologia “de campesino a campesino”, muito empregada na América Central por organizações de agricultores e ONGs. Também nessa iniciativa, a AS-PTA tem sido solicitada para aportar contribuições específicas a partir de seus acúmulos práticos e teóricos. A terceira relaciona-se ao esforço inicial feito pela entidade no campo do monitoramento dos impactos econômicos da introdução de práticas agroecológicas nos agroecossistemas familiares. Além de algumas ONGs da Rede PTA interessadas no tema, a AS-PTA tem sido solicitada por outras organizações da sociedade civil, sobretudo do sul do Brasil, para debater as concepções e instrumentos metodológicos que vem empregando nessa área.

2 - Objetivos para o Trienal 2.002–2.004

- Sistematizar a abordagem metodológica empregada pela AS-PTA na área de gestão do conhecimento agroecológico a partir das experiências dos programas locais. Essa área envolve as atividades de formação e experimentação técnica e comunicação social.

- Desenvolver e aplicar metodologia de sistematização participativa de tecnologias e processos de manejo agroecológico com vistas à produção de materiais de comunicação que servirão de suporte ao trabalho de promoção realizado por agricultores envolvidos na dinâmica “de agricultor a agricultor”.
- Desenvolver metodologia de monitoramento de impactos econômicos das inovações agroecológicas sobre sistemas agrícolas familiares.
- Realizar um conjunto de exercícios de monitoramento sobre o impacto econômico da incorporação de inovações agroecológicas sobre os agroecossistemas familiares em ambas as regiões de atuação direta da AS-PTA.
- Desenvolver metodologia de monitoramento de impactos técnicos das inovações agroecológicas sobre sistemas agrícolas familiares.
- Realizar um conjunto de exercícios de monitoramento sobre o impacto técnico da incorporação de inovações agroecológicas sobre os agroecossistemas familiares no Agreste da Paraíba.
- Produzir um conjunto de sistematizações de casos exemplares do impacto da dinâmica sociocultural de experimentação agroecológica sobre as relações sociais de gênero no âmbito das famílias e comunidades rurais com as quais a AS-PTA se relaciona diretamente.
- Sistematizar a experiência dos programas da AS-PTA na área de manejo sustentável da biodiversidade, dando destaque aos aspectos de natureza metodológicos e conceituais empregados.

3 - Linhas de ação

Para o próximo período trienal, o programa transversal de desenvolvimento metodológico concentrará seus esforços em três linhas de ação principais:

a) Sistematização dos processos e métodos que estão sendo implementados pela AS-PTA em seus programas locais e projetos

O esforço concentrado de sistematização dos processos metodológicos que emprega é uma das prioridades que mobiliza o conjunto da entidade em uma perspectiva transversal. No campo das metodologias de trabalho, a AS-PTA tem dedicado especial atenção à temática da gestão do conhecimento agroecológico nas dinâmicas sociais horizontais “de agricultor a agricultor”. Essas dinâmicas envolvem de forma integrada os processos de experimentação e formação técnica com o de comunicação, articulando as iniciativas de inovação das famílias e comunidades com os conhecimentos de natureza acadêmica. No curso do próximo triênio, a AS-PTA organizará um processo sistemático de documentação de experiências significativas geradas em seus programas locais. Nesse processo de sistematização, merecerão especial destaque as iniciativas de integração das ações dos agricultores-experimentadores com a dos centros de pesquisa e universidades que vêm atuando em parceria com a AS-PTA em ambos os programas locais.

b) Desenvolvimento/adaptação de métodos de sistematização participativa de tecnologias e processos de manejo agroecológico

No processo de aumento de escala que será experimentado por ambos os programas locais da AS-PTA, a dinâmica metodológica “de agricultor a agricultor” jogará especial papel. Para exercer a função de promotores e difusores de práticas e processos de manejo agroecológico, os agricultores-experimentadores deverão ter o suporte de materiais pedagógicos apropriados. No próximo triênio, a AS-PTA desenvolverá e implementará uma metodologia de sistematização participativa de técnicas agroecológicas já apropriadas por famílias inovadoras. Essa sistematização deverá resultar em fichários de tecnologias socialmente validadas e testadas para uso dos próprios agricultores durante suas atividades de promoção.

c) Monitoramento de impactos de seus programas locais nos planos, técnico, econômico e social

O monitoramento dos impactos das inovações agroecológicas sobre as propriedades familiares nas dimensões técnica, econômica e social é uma antiga preocupação da AS-PTA. Um esforço significativo nesse campo já foi realizado a partir do programa local no Agreste da Paraíba. No próximo Trienal, a AS-PTA dará continuidade a esse esforço, procurando integrar na metodologia de monitoramento alguns atributos de avaliação sistêmica em ambos os programas locais. Com isso espera-se conferir ao estudo dos impactos um caráter mais integrador e favorecer maiores graus de participação das famílias e organizações de agricultores envolvidas.

No campo econômico serão realizados exercícios de monitoramento em cada um dos programas locais e atividades comuns de análise e síntese metodológica envolvendo ambas as equipes e os parceiros locais da AS-PTA. Além desse esforço interno, a AS-PTA se articulará com outras organizações nacionais e internacionais que desenvolverão no período atividades semelhantes em suas respectivas áreas de atuação. No Brasil, com entidades da Rede PTA e, no plano internacional, com entidades de quatro países latino-americanos participantes de um projeto comum apoiado pela ILEIA Foundation.

No campo do impacto técnico, serão realizados exercícios de monitoramento em propriedades familiares em processo de transição agroecológica no Agreste da Paraíba. Esses monitoramentos serão realizados em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco.

No plano dos impactos sociais, se procurará enfatizar os efeitos do processo de conversão agroecológica sobre as relações de gênero tanto no âmbito das famílias quanto no das comunidades e organizações de agricultores e agricultoras envolvidas. Essa linha de monitoramento será desenvolvida em ambos os programas locais da AS-PTA e deverá resultar na organização de estudos de caso exemplares que subsidiarão um seminário e a publicação de um livro sobre o tema.

4 - Metas

a) Sistematização dos processos e métodos que estão sendo implementados pela AS-PTA em seus programas locais e projetos

- Publicação de um documento sobre a abordagem metodológica empregada pela AS-PTA na área de gestão do conhecimento agroecológico na dinâmica “de agricultor a agricultor”;
- Elaboração de um kit pedagógico sobre a metodologia para ser empregado em cursos e palestras.

b) Desenvolvimento/adaptação de métodos de sistematização participativa de tecnologias e processos de manejo agroecológico

- Elaboração de um texto sobre a aplicação de metodologia sobre sistematização participativa de tecnologias e processos de manejo agroecológico;
- Publicação de fichas sobre tecnologias e processos de manejo agroecológico na área de alimentação animal no Agreste da Paraíba.

c) Monitoramento de impactos de inovações agroecológicas nos planos, técnico, econômico e social

- realização de quatro exercícios de monitoramento econômico do impacto de inovações agroecológicas sobre unidades produtivas familiares;
- sistematizações dos casos monitorados;
- elaboração de um artigo síntese sobre os casos monitorados;
- elaboração de um artigo sobre a metodologia implementada;
- publicação de um livro com os artigos e sistematizações realizadas;
- organização de um seminário sobre o tema envolvendo as entidades da Rede PTA que também realizarão exercícios de monitoramento econômico em suas respectivas áreas de atuação;
- realização de exercícios de monitoramento dos impactos técnico-agronômicos em três propriedades do Agreste paraibano;
- elaboração de estudos de caso sobre os impactos nas relações sociais de gênero no nível das famílias e das comunidades envolvidas nos processos de conversão agroecológica;
- organização de uma oficina de trabalho enfocando os impactos dos processos participativos voltados para a conversão agroecológica da agricultura sobre as relações sociais de gênero nos níveis das famílias e das comunidades rurais envolvidas nos programas locais da AS-PTA.

5 - Meios de verificação

a) Sistematização dos processos e métodos que estão sendo implementados pela AS-PTA em seus programas locais e projetos

- Documento sobre a abordagem metodológica empregada pela AS-PTA na área de gestão do conhecimento agroecológico na dinâmica “de agricultor a agricultor”;
- *Kit* pedagógico sobre a metodologia para ser empregado em cursos e palestras.

b) Desenvolvimento/adaptação de métodos de sistematização participativa de tecnologias e processos de manejo agroecológico

- Texto sobre a aplicação de metodologia sobre sistematização participativa de tecnologias e processos de manejo agroecológico;
- Fichas sobre tecnologias e processos de manejo agroecológico na área de alimentação animal no Agreste da Paraíba.

c) Monitoramento de impactos de inovações agroecológicas nos planos, técnico, econômico e social

- Relatórios dos 4 casos sobre impactos econômicos;
- Artigo síntese sobre os casos de impactos econômicos monitorados;
- Artigo sobre a metodologia de monitoramento de impacto econômico implementada;
- Livro sobre impacto econômico dos processos de conversão agroecológica na agricultura familiar;
- Relatório do seminário sobre monitoramento econômico;
- Relatórios dos exercícios de monitoramento dos impactos técnico-agronômicos em três propriedades do agreste paraibano;
- Estudos de caso sobre os impactos nas relações sociais de gênero no nível das famílias e das comunidades envolvidas nos processos de conversão agroecológica;
- Relatório da oficina de trabalho enfocando os impactos dos processos participativos voltados para a conversão agroecológica da agricultura sobre as relações sociais de gênero nos níveis das famílias e das comunidades rurais envolvidas nos programas locais da AS-PTA.

6.2.2. Programa de Políticas Públicas

1 - Balanço do Trienal 1.999-2.001

O grande elemento distintivo do Trienal 1.999-2.001 no que diz respeito ao programa de políticas públicas foi a definição de sua forma de operacionalização, visando relacionar as ações externas com os acúmulos internos sistematizados e elaborados de forma transversal e interativa.

Construir esta transversalidade não foi nem é tarefa fácil em um programa que executa atividades em temas bem diversificados na área das políticas públicas nos níveis local, nacional e também internacional e que trabalha costurando uma grande diversidade de situações, segundo as condições dos programas locais. Por exemplo, a questão do crédito para a transição agroecológica é tratada de forma muito diversa nos programas locais da Paraíba e do Paraná. Por outro lado, o programa de políticas públicas ressentiu-se de um déficit de discussão interna e de re-elaboração coletiva que veio a exigir inclusive uma releitura dos objetivos do programa à luz da estratégia da AS-PTA e de suas relações com os outros programas da instituição. Além disso, o programa incluía também atividades chamadas de representação externa insuficientemente discutidas internamente para expressar a estratégia institucional. Esses dados ilustram dificuldades e limitações que estiveram presentes na implementação do programa, muito embora se tenha conseguido avançar em muitas iniciativas incorporando o enfoque integrador das transversalidades.

O Trienal 1.999-2.001 indicou sete temas a serem trabalhados pelo programa. Dos três temas prioritários definidos, o do **crédito** não foi focado de forma transversal dada a grande diversidade de enfoques nos programas do Paraná e da Paraíba e as dificuldades operacionais de se construir no período um quadro comum de referências para trabalhar a questão. No caso do Paraná, o Fórum dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul já vinha discutindo o Pronaf e políticas compensatórias para mitigar o impacto do El Niño na região. No segundo, o público da AS-PTA acessava recursos de crédito alternativo geridos pela própria entidade ou por consórcios de entidades. O programa formulou uma pesquisa sobre o crédito, oficial ou alternativo, na região de atuação da AS-PTA, mas o produto final ficou pouco centrado sobre o crédito alternativo que era mais presente na prática dos agricultores. No Paraná, deu-se um primeiro passo para analisar como os agricultores estão enfrentando as restrições para o acesso a créditos que financiem a transição para a agroecologia.

Em março de 2.000, a AS-PTA foi convidada para participar do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Após consultas internas e aos parceiros sobre a conveniência e o papel que a AS-PTA deveria ter neste Conselho, chegou-se a uma decisão positiva em setembro de 2.001. Quando a AS-PTA se fez presente à primeira reunião, já havia sido tomada a decisão sobre o plano de safra 2.001/2.002 de forma que não foi possível levar ao debate do Conselho propostas de crédito para o financiamento da agroecologia. Para o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), a agroecologia equivale à agricultura orgânica, ficando o crédito específico sujeito à certificação prévia das propriedades, o que representa um critério muito limitativo para atender à grande variedade de situações da transição para a agroecologia. No entanto, com base nas experiências de negociação de prefeituras e grupos de agricultores no Paraná foi possível à AS-PTA iniciar um debate no CNDRS sobre o crédito para a agroecologia e agendar gestões neste sentido junto a diferentes agentes do crédito Pronaf. Estas negociações deverão ser feitas com representantes de organizações de produtores do Paraná e de outros estados.

O segundo tema prioritário se refere às políticas de **recursos genéticos** para a agricultura. Neste caso, foi conseguido o tratamento transversal do tema, inclusive com um seminário nacional onde as várias experiências e enfoques foram apresentados. Aqui também a diversidade de situações mostrou-se considerável, resultando em distintas propostas de políticas públicas. Na Paraíba o problema essencial é a perda de variedades locais devido à seca e aos programas governamentais de distribuição de sementes melhoradas. Os bancos de sementes constituem a melhor proposta técnica e organizativa para este problema, mas seu papel é dificultado pelo não reconhecimento pelo poder público das sementes de variedades nativas como material reprodutivo adequado, de acordo com a definição técnica e legal. Sendo assim, essas variedades não podem ser consideradas em programas públicos de distribuição de sementes.

No Paraná, o problema é semelhante, tornando impossível submeter ao Pronaf projetos para financiamento da compra de sementes locais. Por outro lado, numa região como na outra os intermediários vêm exigindo que os agricultores plantem as sementes melhoradas por eles indicadas, provocando não só uma forte erosão genética como dificultando os sistemas agroecológicos em implantação.

Para enfrentar tais restrições (inscritas na lei de cultivares e na lei de sementes), está sendo preparado um estudo para subsidiar uma campanha nacional para incorporação da produção e utilização das variedades locais de sementes às políticas de desenvolvimento agrícola. Já foram levantadas as legislações européias sobre o assunto para servir de referência.

Dentro da problemática dos recursos genéticos, os transgênicos aparecem como ameaça à conservação desses mesmos recursos e à autonomia dos agricultores. A AS-PTA teve um papel ativo na montagem e na implementação da “Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos”, ocupando-se em particular das atividades dirigidas ao universo da agricultura familiar. A edição semanal do boletim eletrônico e o “argumentário”, o jornal para os agricultores e os *spots* de rádio foram produzidos pela AS-PTA e amplamente difundidos. A entidade responde também pela articulação das organizações de agricultores em vários níveis para se manifestarem contra o projeto de lei que o governo quer fazer aprovar em regime de urgência.

O terceiro tema prioritário foi o do apoio à **articulação de lideranças** que participam de experiências inovadoras de desenvolvimento rural. O tema foi trabalhado em dois níveis, um micro-regional e outro nacional. No nível micro-regional, a AS-PTA deu seguimento a processos de formação de lideranças nas duas regiões em que atua, sendo que na Paraíba deu-se uma forte expansão do processo organizativo a partir do Pólo Sindical da Borborema. Intercâmbios entre lideranças nas regiões favoreceram os processos de formação.

No nível nacional não se conseguiu concretizar intercâmbios entre lideranças de distintas regiões, o que foi tentado sobretudo na região sul. As discussões preparatórias para o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) têm enfatizado o lugar central que deverão ocupar as dinâmicas interativas entre agricultores e agricultoras tanto na preparação como na realização do ENA.

Outros 4 temas foram definidos para o Trienal que se encerra. O do **manejo de recursos hídricos** foi detalhado nos programas Paraíba e em Mirandiba. Na Paraíba em particular, a AS-PTA participou junto com a Articulação do Semi-Árido (ASA) de negociações com diferentes instâncias do poder público para favorecer programas de construção de cisternas em sistemas de fundos de crédito rotativo. No nível nordestino, a AS-PTA participou da elaboração e negociação do projeto “Um Milhão de Cisternas”, envolvendo centenas de entidades dos movimentos sociais, ONGs e organizações religiosas.

O tema da **segurança alimentar** foi tratado de forma bastante pontual, através de uma revisão dos cruzamentos entre as práticas já em curso nos programas locais e os conceitos de segurança alimentar. Constatou-se que a AS-PTA já tem várias atividades com efeitos na segurança alimentar, mas que seria preciso um diagnóstico mais fino do público para identificar uma problemática específica a ser trabalhada pelas equipes.

Muitas foram as atividades da AS-PTA no plano externo, desde a participação no Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e no seu equivalente estadual no Rio de Janeiro até a coordenação da elaboração dos documentos de base do fórum das entidades da sociedade civil para a Conferência Mundial da Alimentação da FAO. Estas participações permitiram que a AS-PTA imprimisse nos espaços onde atuou a marca da defesa da agroecologia como a melhor alternativa para a agricultura familiar. A AS-PTA participou ainda de uma importante conferência internacional, cujos resultados apontaram para a viabilidade da agroecologia nas estratégias de superação da fome no mundo. As experiências locais implementadas pela entidade subsidiaram os debates como referência positiva para as políticas de segurança alimentar.

O tema da **pesquisa agrícola** foi objeto de várias iniciativas de colaboração entre os programas locais da AS-PTA, universidades e centros de pesquisa estaduais e federais. Ainda não sistematizadas, essas experiências vêm mostrando a dificuldade em se conseguir influenciar o modo

de se fazer pesquisa no meio acadêmico, mesmo em relação com grupos de agricultores capazes de enfrentar o debate com os pesquisadores. Várias foram também as ações externas da AS-PTA buscando influenciar as políticas de pesquisa agrícola, tanto no plano nacional como no internacional. A entidade teve destacado papel na mobilização de mais de uma centena de pesquisadores de todo o país em vários encontros nos quais foi discutida a incorporação do enfoque agroecológico pela pesquisa pública. A cooperação com o Centro Nacional de Pesquisa em Agrobiologia-Embrapa, no Rio de Janeiro, e com a Pesagro, organismo estadual de pesquisa, em um programa de geração e difusão da agroecologia através de uma rede multi atores, a “Rede Agroecologia Rio” permitiu que se difundissem os acúmulos das pesquisas junto a um grupo significativo de agricultores extensionistas, embora tenha sido difícil fazer operar a abordagem da pesquisa participativa.

A AS-PTA participou ainda de seminários e consultorias junto ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), dos quais resultou um programa experimental de apoio à pesquisa dirigida à agricultura familiar, com menção explícita à agroecologia.

No plano internacional a AS-PTA manteve participação ativa no Comitê das ONGs do CGIAR e no Comitê Diretor do Fórum Global de Pesquisa Agrícola (GFAR). Particularmente no GFAR, a entidade cumpriu destacado papel visando colocar a agroecologia e a experimentação participativa como foco das parcerias internacionais de pesquisa promovidas por esse amplo consórcio. Por outro lado, a AS-PTA foi uma das entidades participantes da criação da Aliança Internacional pela Pesquisa Agrícola, da qual fazem parte dezenas de entidades de agricultores e ONGs de todo o mundo.

O último tema definido pelo Trienal foi o das políticas voltadas para o **desenvolvimento local**. O tema foi selecionado pelo Fórum das Organizações de Agricultores e Agricultoras do Centro-Sul do Paraná para ser o centro dos debates do 3º Congresso da Agricultura Familiar da região, a ser realizado em 2.002. Ao mesmo tempo, foi iniciada a montagem para 2.002 de uma pesquisa participativa sobre o impacto das políticas públicas sobre o desenvolvimento agrícola local, a ser realizada nos municípios de Irati e Bituruna, no Paraná, e Lagoa Seca, na Paraíba, nos mesmos moldes da já realizada em 2.000 em Rebouças, no Paraná.

2- Objetivos e atividades previstas para o triênio 2.002-2.004

Em termos gerais, os objetivos deste Trienal não diferem essencialmente do anterior, apenas se tornam mais relevantes e urgentes. O passo novo mais importante é a iniciativa de realização, em 2.002, do Encontro Nacional de Agroecologia. O ENA, como já referido, deverá favorecer o estabelecimento de sinergias e abrir um campo novo de articulação entre entidades e pessoas interessadas na promoção do desenvolvimento agroecológico da agricultura familiar e, particularmente, junto aos movimentos de agricultores familiares. Este avanço organizativo poderá ter impactos positivos sobre a formulação e execução de políticas públicas em vários níveis que favoreçam o desenvolvimento da agroecologia.

2.1 - Políticas de crédito para o desenvolvimento agroecológico local

A política de crédito para a agricultura familiar posta em prática pelo governo federal coloca grandes obstáculos para o desenvolvimento agroecológico. O volume de recursos alocados é considerável, embora ainda com acesso dificultado por inúmeras restrições colocadas pelos agentes

financeiros, com o condicionamento do crédito ao uso de pacotes tecnológicos orientados pelos princípios da “Revolução Verde”, inviabilizando o apoio à transição dos sistemas tradicionais e convencionais para sistemas agroecológicos.

A partir de suas experiências de desenvolvimento local e com base nas parcerias aí estabelecidas, a AS-PTA pretende apoiar os movimentos de agricultura familiar no diálogo com as autoridades em todos os níveis sobre o tema da política de crédito. No entanto, ainda é preciso um esforço de sistematização participativa de experiências de crédito para amadurecer propostas diferenciadas de crédito que se adaptem às necessidades do desenvolvimento agroecológico e às possibilidades de uma agroindustrialização descentralizada.

O objetivo desse duplo processo de sistematização e de proposição é o de permitir, num primeiro momento, o aumento da escala de atuação dos projetos de desenvolvimento local da AS-PTA no Paraná e na Paraíba, com a incorporação de novos mecanismos para o uso do crédito que funcionem como demonstração de como ele pode operar como um fator decisivo para a promoção do desenvolvimento agrícola sustentável com base na agroecologia. A médio prazo, essas experiências demonstrativas poderão subsidiar a formulação e a institucionalização de uma modalidade apropriada de crédito nos marcos dos programas oficiais de apoio à agricultura familiar.

Essa formulação de propostas de política de crédito e a sua negociação pelos agricultores com as autoridades municipais, estaduais e federais será acompanhada também pela AS-PTA de uma ação de convencimento (“advocacy”) junto a organismos internacionais de ajuda ao desenvolvimento como o Banco Mundial, União Européia, Ifad (International Fund for Agricultural Development), etc., visando obter apoios externos para o aumento da escala e visibilidade social dos projetos de desenvolvimento local da entidade.

Atividades previstas:

- a) Sistematização das experiências de crédito alternativo apoiadas pela AS-PTA na Paraíba; avaliação da capacidade de endividamento dos agricultores envolvidos em projetos de transição para a agroecologia no Paraná e na Paraíba; análise dos programas de crédito para a agroecologia do governo do estado do Rio Grande do Sul.
- b) Formulação, junto com as organizações dos agricultores nas áreas de atuação da AS-PTA no Paraná e na Paraíba, das condições necessárias para que o crédito do Pronaf se adapte às exigências da transição para a agroecologia nos sistemas da agricultura familiar nas respectivas regiões.
- c) Avaliação dos instrumentos alternativos existentes para o acesso ao crédito e formulação, se necessário, de propostas para torná-los mais eficientes.
- d) Apoiar os movimentos sociais com os quais trabalhamos nas suas negociações com os poderes públicos no nível municipal, estadual e nacional para a adoção de novas orientações para a política de crédito.

2.2- Políticas públicas municipais

Estudos realizados no município de Rebouças, no Paraná, em 1.999-2.000, indicaram a importância de se buscar influenciar as políticas municipais voltadas para o desenvolvimento agrícola. Por outro lado, a eleição no Centro-Sul do Paraná de vários prefeitos sintonizados com os movimentos da agricultura familiar criou a oportunidade de uma cooperação em novos programas municipais de

desenvolvimento. Além disso, será da maior importância estender o mesmo tipo de estudo sobre impacto das políticas públicas sobre o desenvolvimento local para municípios de atuação da AS-PTA na Paraíba. Os estudos mencionados serão realizados em articulação com as organizações locais dos agricultores, visando um processo educativo e de organização do conhecimento que lhes permita formular e negociar propostas nos níveis municipal, estadual e federal.

Atividades previstas:

- a) Apoiar os movimentos sociais nos municípios de Irati e Bituruna, no Paraná, na avaliação dos impactos de políticas públicas e na elaboração de propostas para Planos de Desenvolvimento Municipal (PDM).
- b) Avaliação do impacto das políticas públicas que incidem sobre a sustentabilidade do desenvolvimento agrícola em um município da Paraíba (Solânea ou Lagoa Seca).
- c) Sistematização de experiências e formulação de documentos de corte metodológico para apoiar a formação de lideranças dos movimentos sociais para a formulação de Planos de Desenvolvimento Municipais.

2.3 - Apoio à organização do “campo agroecológico” na sociedade brasileira

O enfoque agroecológico para o desenvolvimento rural vem ganhando significativos espaços na sociedade brasileira nos últimos 20 anos. Esses espaços, no entanto, são ainda fortemente segmentados e insuficientemente articulados para uma ação concertada em prol do desenvolvimento sustentado da agricultura familiar no Brasil. A iniciativa tomada pela AS-PTA, em parceria com outras entidades, de realizar em 2.002 o Encontro Nacional de Agroecologia, e as expectativas positivas que se manifestam em todas as regiões do país em torno do assunto, apontam para um salto de qualidade na capacidade interativa e na expressão social e política do “campo agroecológico”. É deste ponto de vista que a AS-PTA definiu a preparação, realização e desdobramentos do ENA como um dos focos prioritários para o Trienal 2.002-2.004.

Atividades previstas:

- a) Participar das instâncias e dinâmicas regionais e nacional de organização do ENA.
- b) Identificar as principais experiências de desenvolvimento agroecológico no país. Articular a realização de encontros regionais e uma reunião nacional de lideranças de agricultores envolvidas nessas experiências no quadro da preparação do Encontro Nacional.
- c) Identificar os pesquisadores e pesquisas em curso voltadas para a agroecologia no país e estimular junto a eles uma dinâmica de discussão e propostas sobre o programa da Embrapa para pesquisa em agricultura orgânica.

2.4 - Políticas públicas em apoio à conservação da biodiversidade agrícola

A AS-PTA tem constatado e discutido em vários espaços públicos a grande dificuldade de conservar a rica biodiversidade agrícola utilizada pela agricultura tradicional e recuperada pelos sistemas agroecológicos devido à legislação sobre sementes existente no país. No Trienal 2.002-2.004, nos propomos a avançar na formulação e negociação de uma proposta para uma nova legislação que incorpore orientações facilitadoras e estimuladoras da conservação das variedades tradicionais dos agricultores.

Atividades previstas:

- a) Constituição de um grupo de trabalho para discutir os condicionantes dos agricultores e da agroecologia para uma nova proposta de legislação, incluindo agricultores, representantes das equipes da AS-PTA e consultor especializado.
- b) Pesquisa sobre a legislação atual e formulação de proposta à luz das conclusões do grupo de trabalho acima referido.
- c) Discussão ampla da proposta com as organizações dos agricultores na Paraíba e no Paraná.
- d) Finalização da proposta e negociação com representantes do estado e do legislativo.

2.5 - Campanha sobre transgênicos na agricultura

Como já assinalado, a AS-PTA vem tendo um papel destacado na campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”, em particular na mobilização do setor rural para discutir os possíveis impactos desta nova tecnologia na agricultura familiar. No período compreendido pelo próximo Trienal, a entidade dará continuidade a esta atividade visando ao esclarecimento da opinião dos agricultores para que venham a influenciar a legislação que estará em discussão no Congresso.

Atividades previstas:

- a) Reunir as principais lideranças dos movimentos de agricultores familiares para traçar uma campanha comum nacional para a área rural.
- b) Mobilizar o setor rural para pressionar o Congresso Nacional por uma lei de moratória para os transgênicos.
- c) Prosseguir na divulgação dos materiais já produzidos: boletim semanal eletrônico, “argumentário”, jornal dos agricultores, *spots* de rádio.
- d) Produzir um vídeo sobre transgênicos.

2.6 - Representação externa da AS-PTA

A AS-PTA manterá contato com o GFAR e o NGOC/CGIAR, particularmente no que concerne a iniciativa de promover parcerias de pesquisa em agroecologia, conhecida como ProInnova. Na mesma linha, participará da Aliança Internacional pela Pesquisa Agrícola, sendo estas participações com rebatimentos nas nossas relações com a pesquisa no plano nacional.

A AS-PTA manterá uma discreta participação na preparação da “Conferência Mundial da Alimentação – cinco anos depois”, a ser realizada em Roma, em julho de 2.002, dando cumprimento a compromisso já assumido de coordenar a elaboração dos textos de base das organizações da sociedade civil para este evento.

A entidade participará, pelo menos até fins de 2.002, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, utilizando esta posição para facilitar a expressão das propostas de políticas públicas dos movimentos de agricultores familiares com os quais nos relacionamos.

3 - Metas e monitoramento

Crédito

- (a) Textos das sistematizações e avaliações previstas.
- (b) Proposta de um “Pronaf agroecologia” formulada para negociação pelas organizações dos agricultores familiares do Paraná e Paraíba (pelo menos).

Políticas públicas municipais

- (a) Textos de avaliação dos impactos das políticas públicas sobre a agricultura familiar nos municípios de Bituruna, Irati e Lagoa Seca.
- (b) Apoio às lideranças locais dos agricultores na elaboração e negociação de propostas de desenvolvimento municipal com as autoridades competentes.

Encontro Nacional de Agroecologia

- (a) Encontros preparatórios com agricultores realizados.
- (b) Mapeamento de pesquisadores e pesquisas em agroecologia feito.
- (c) Encontro Nacional realizado.

Biodiversidade agrícola

- (a) Proposta de legislação sobre sementes elaborada em parceria com organizações de agricultores familiares.
- (b) Apoio à negociação com entidades nacionais e com parlamentares para aprovação da legislação.

Transgênicos

- (a) Estratégia de campanha deliberada em parceria com organizações dos agricultores familiares.
- (b) Lobby sobre legislativo federal.
- (c) Vídeo produzido e distribuído.

6.3. Projetos Temáticos

6.3.1. Projeto Plantas Nativas do Nordeste

Desde 1.998 o projeto concentra suas ações na temática da conservação e uso da biodiversidade em sistemas de produção de agricultores familiares do Agreste da Paraíba, reforçando a ação do Programa de Desenvolvimento Local nesta região. A estratégia de concentrar as ações no local permitiu-nos aprender sobre as dinâmicas e processos desenvolvidos pelo conjunto de parceiros e agricultores familiares articulados nessa iniciativa. Assim, o conteúdo do Projeto Plantas Nativas foi moldado de forma a valorizar os usos e manejos das plantas nativas, com base num “modelo” que considera o conhecimento local como ponto de partida para, num momento seguinte, articular esse conhecimento com aqueles desenvolvidos e sistematizados pelo mundo acadêmico.

1 - Balanço do Trienal 1.999-2.001

Para facilitar a compreensão dos resultados acumulados nesse Trienal vamos dividir essa seção nos dois níveis de atuação do projeto: um nível local, considerado aqui como a região Agreste da Paraíba; e um segundo nível envolvendo uma escala maior que inclui outras organizações.

A atuação no Agreste da Paraíba

Inicialmente o Projeto Plantas Nativas teve suas ações voltadas para a compreensão da realidade local (ambiente, parcerias, potencialidades, etc.) para depois intervir.

De 1.999 para 2.000 o projeto concentrou suas atividades junto ao Subprograma de Saúde e Alimentação da AS-PTA/PB e dirigiu seu apoio aos Grupos de Catequese Familiar e à Comissão de Mulheres do STR de Lagoa Seca, mais especificamente para fortalecer o trabalho com plantas medicinais. Optamos por uma metodologia de valorização do conhecimento local priorizando a manutenção de plantas medicinais em quintais domésticos. A estratégia foi, então, sistematizar e estimular a divulgação desse conhecimento que tem dois princípios básicos de manejo: o cercamento e a utilização de água servida, principalmente nas áreas mais secas. O resultado foi surpreendente. Os quintais de plantas medicinais montados ou melhorados, em comunidades rurais dos municípios de Lagoa Seca e Solânea, beneficiam diretamente cerca de 150 famílias. Segundo depoimento das próprias famílias os impactos mais evidentes são:

- o menor gasto com remédios de farmácia;
- a maior facilidade de acesso às plantas medicinais no quintal;
- a introdução de plantas que servem para tratar os problemas mais comuns nas comunidades;
- o estímulo de outras famílias para melhorar seus quintais possibilitando o cultivo de plantas medicinais;

Merecem destaque ainda a excelente cooperação e troca de informações entre as comunidades de Solânea e de Lagoa Seca e a adoção de outras práticas agroecológicas nos quintais como: cobertura morta, aumento da diversidade de cultivos – incluindo alimentos –, sombreamento, quebra-vento e adubação orgânica.

Em 2.000 o projeto iniciou um apoio ao Subprograma de Criação Animal concentrando esforços em três ações básicas: (i) formação de agricultores-experimentadores para valorizar e manejar de forma sustentável a pastagem nativa herbácea; (ii) instalação e acompanhamento de áreas de exclusão de pastoreio em Solânea e Remígio; (iii) elaboração e difusão de materiais de comunicação e divulgação de informações e conhecimentos sobre plantas forrageiras nativas.

Desde 1.999 desenvolve-se importante ação de articulação de um grupo de agricultores-experimentadores com a pesquisa, mais precisamente com um pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa em Caprinos, da Embrapa de Sobral, no Ceará. Desta parceria resultaram:

- uma metodologia de trabalho (ainda sendo construída) para manejo da vegetação lenhosa de caatinga com o objetivo de aumentar a quantidade e melhorar a qualidade da pastagem nativa conservando a biodiversidade local;
- implantação de experimentos (áreas de exclusão, divisão de pastos, combinação de plantas lenhosas com pastagens herbáceas), numa demonstração clara da necessidade de adequação da metodologia desenvolvida no centro de pesquisa;

- eventos de formação (treinamentos, dias de campo e visitas de intercâmbio) dos agricultores-experimentadores que serviram para aperfeiçoar a metodologia;
- produção de boletins informativos, um galhardete, um *folder* e duas seqüências de imagens em vídeo para auxiliar os eventos de formação;
- um documento metodológico que resgata o processo de articulação da pesquisa com os agricultores-experimentadores (em processo de elaboração);
- realização de seminário para aprofundar a discussão e propostas a respeito da criação animal.

Ações junto ao Subprograma de Agroflorestação também foram realizadas com a distribuição de mudas de plantas nativas lenhosas para rearborização dos sistemas de produção e o incentivo à formação de viveiros familiares. Cerca de 120.000 mudas foram distribuídas, beneficiando 300 famílias de Solânea, Remígio e Lagoa Seca.

Em vários momentos o Projeto Plantas Nativas interagiu com o Programa de Comunicação do programa Paraíba. Uma iniciativa importante, cujo produto vem favorecendo a discussão sobre o conteúdo e a forma dos impressos divulgados para agricultores familiares, foi um estudo de caso em 4 comunidades rurais do Agreste da Paraíba. O objetivo principal foi investigar os níveis de decodificação de informação de diferentes impressos por pessoas de comunidades rurais (jovens e adultos, homens e mulheres) com graus de escolaridade diferentes. Esse estudo de caso teve como produto um documento com a descrição da metodologia e resultados indicando, ao mesmo tempo, quais os conteúdos e as formas de apresentação mais adequadas para a decodificação das informações por agricultores e agricultoras familiares.

Durante o Trienal foram produzidos diversos materiais de divulgação:

- Sete *folders*, com informações sobre o uso e o manejo de plantas medicinais utilizadas na região, para responder à demanda das comunidades rurais. Esses *folders* estão sendo estudados e divulgados em dois programas de rádio (Remígio e Solânea) e nas comunidades. Mais recentemente foi produzida uma cartilha com informações da literatura sobre as plantas medicinais mais usadas no município de Lagoa Seca.
- Doze boletins informativos foram produzidos no período, com o objetivo de informar sobre as atividades realizadas com e pelos agricultores e agricultoras familiares. Os boletins possuem conteúdos ligados à área de plantas medicinais e criação animal.
- Um pôster que facilitou a divulgação da cartilha “Um quintal com plantas medicinais é uma farmácia na porta de casa – a experiência de D. Maria do Carmo com o plantio e o uso de plantas medicinais”. Esse pôster em sido utilizado em reuniões comunitárias e nos grandes eventos dos agricultores.
- Foram feitos dois vídeos-processo curtos sobre manejo de pastagem nativa, usados como instrumento de resgate das atividades realizadas no módulo de treinamento de agricultores experimentadores em manejo de plantas forrageiras e recuperação de pastagem nativa degradada.
- Foi concluída uma primeira etapa da constituição do banco de imagens digitalizadas do trabalho da AS-PTA no Agreste da Paraíba e em outros estados, em parceria com diversas organizações. O banco tem facilitado a edição de boletins informativos, cartilhas e relatórios e já está sendo utilizado pela equipe da Paraíba e pelo Centro Nordestino de Informações sobre Plantas (CNIP), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Articulação junto a outras ONGs – o trabalho além da Paraíba

O segundo eixo de trabalho do Projeto Plantas Nativas extrapola os limites da atuação no Agreste da Paraíba. Nesta perspectiva são envolvidas e articuladas outras ONGs e grupos de trabalho (igrejas e pastorais, pólos e articulações sindicais, grupos informais, etc.) visando, principalmente, a difusão ampla de informação e conhecimento sobre as plantas nativas. Este trabalho também se inicia a partir do conhecimento dos usuários e da demanda existente. Os usuários da informação são atores “intermediários” que trabalham no campo junto aos agricultores e agricultoras familiares. Essa difusão ampla prevê também a irradiação de métodos e processos desenvolvidos e aprendidos no Agreste da Paraíba.

O CNIP é o principal parceiro do projeto, com o qual foram desenvolvidas, entre outras, as seguintes ações conjuntas: - reuniões semanais para discussão dos conteúdos do trabalho, planos e projetos de interesse comum; - elaboração de relatórios de progresso do projeto; - desenvolvimento de projetos técnicos internos; - reformulação da proposta do projeto (seminários de avaliação e planejamento, oficinas internas para definição de rumos institucionais) a partir da avaliação externa.

Os projetos internos no CNIP têm se baseado em resultados dos diagnósticos de plantas nativas e medicinais. Foram elaboradas 20 fichas de plantas nativas e 4 *folders* de plantas medicinais com informações úteis para técnicos e animadores que trabalham com agricultores familiares.

A Associação Menonita de Assistência Social (Amas) é uma parceira direta do Projeto Plantas Nativas desde 1.998 e tem interagido com AS-PTA e seus parceiros. Por exemplo, mais recentemente a Amas e o STR de Brejo da Madre de Deus, em Pernambuco, têm mantido uma relação de cooperação com o STR de Lagoa Seca, na Paraíba, na área de intercâmbio de conhecimentos sobre a produção de mudas de plantas para rearborização de propriedades de agricultores familiares.

Junto ao Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop), da Bahia, o projeto desenvolveu uma ação de apoio técnico e metodológico à equipe de Remanso-BA, na área de manejo da caatinga. Desta parceria resultou:

- um diagnóstico de plantas nativas para entender qual a situação desse componente da biodiversidade nas propriedades familiares e, ao mesmo tempo, identificar plantas e grupos de plantas úteis mais importantes para as famílias;
- um experimento participativo de adaptação da metodologia de manejo de caatinga proposta pela Embrapa Caprinos (Sobral-CE) que envolveu visitas de campo e oficinas de trabalho com agricultores familiares;
- dois seminários com agricultores familiares: um sobre sistemas de criação animal (fundos de pasto) e a relação com as plantas forrageiras da região; outro sobre a diversidade local – temática e geograficamente mais amplo, importante para entender a problemática técnica e social da produção agropecuária da região.

A marca registrada dessa interação tem sido o teste e a adaptação de metodologias desenvolvidas pela AS-PTA junto aos parceiros no Agreste da Paraíba. O depoimento de membros da equipe do Sasop tem sido animador. Com a sistematização de documentos metodológicos, a AS-PTA aproveitará dessa experiência valiosa, inclusive para fomentar idéias sobre os processos de experimentação participativa no Agreste da Paraíba.

O Projeto Plantas Nativas interagiu com o Projeto Guias de Campo, coordenado pela professora Anna Lawrence (Green College – Oxford University) com um envolvimento mais forte em nível de coordenação, que exige a participação em quatro reuniões anuais. Na Bahia os parceiros principais desse projeto são o Sasop e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Este projeto pretende produzir dois guias (livros) com informações (da literatura e populares) sobre leguminosas forrageiras da caatinga baiana, cujo conteúdo é dirigido aos técnicos que trabalham com agricultores familiares. Em termos de metodologia há muitos pontos que se identificam com a ação da AS-PTA, principalmente no que se refere à sistematização da informação. Os acúmulos resultantes dessa interação têm sido importantes para desenvolver algumas idéias junto aos grupos e parceiros do Agreste da Paraíba, como por exemplo a discussão sobre a identidade das plantas. Mais recentemente desenvolvemos uma idéia de sistematizar e divulgar indicadores e características populares que permitem aos agricultores e agricultoras identificar plantas.

Essas ações fora do ambiente geográfico do Agreste da Paraíba têm nos mostrado outras dinâmicas além daquela trabalhada pela equipe da Paraíba. Nos mostra, por exemplo, que outras ONGs fazem valiosos trabalhos de apoio e fortalecimento da agricultura familiar em outras regiões, com os quais a AS-PTA pode aprender. Mais ainda que os métodos (de formação, irradiação de acúmulos e experimentação) desenvolvidos e testados na Paraíba são muito próximos (alguns similares) daqueles desenvolvidos por outras organizações, indicando boas possibilidades de interação.

2 - Objetivos para o Trienal 2.002–2.004

Geral: O Projeto Plantas Nativas tem como objetivo geral a valorização das plantas nativas numa lógica de desenvolvimento da agricultura familiar com base nos fundamentos da agroecologia, bem como a mobilização das comunidades em torno de uma ação de uso e manejo conservacionista das plantas.

Específicos:

- Apoiar organizações dos agricultores familiares na avaliação, monitoria e planejamento de atividades, bem como na sistematização de seus acúmulos de informação e conhecimentos sobre a biodiversidade vegetal nativa.
- Apoiar a sistematização e a produção de materiais impressos, audiovisuais, etc. que favoreçam a divulgação desses materiais pelos próprios agricultores.
- Sistematizar materiais técnicos e metodológicos sobre usos e manejos de plantas nativas importantes para os parceiros e beneficiários do projeto.
- Promover e apoiar a sistematização, a produção e a difusão dos acúmulos técnicos e metodológicos relacionados com as plantas nativas.
- Apoiar técnica e metodologicamente os subprogramas do Programa de Desenvolvimento Local no Agreste da Paraíba.
- Participar efetivamente do trabalho no CNIP e outros parceiros levando para esse âmbito, as discussões e acúmulos técnicos e metodológicos do programa Paraíba, principalmente no campo da mobilização de conhecimentos e informações sobre plantas nativas.

- Levantar discussões sobre outras dinâmicas de trabalho de apoio aos agricultores familiares e a suas organizações, que sirvam como referência e enriqueçam as experiências locais.
- Desenvolver e aplicar metodologias para coleta, tratamento, organização e disseminação de informações e conhecimentos sobre plantas nativas.
- Elaborar, desenvolver e testar mecanismos e formas de comunicação que favoreçam a articulação de pesquisadores e institutos de pesquisa com os agricultores familiares e suas organizações.

3 - Linhas de ação

a) Implementação de iniciativas locais de uso, manejo e preservação de plantas nativas

Esta linha de ação prevê uma concentração do trabalho no Agreste da Paraíba e adota como estratégia geral a articulação plena com os subprogramas locais valorizando e apoiando suas ações, bem como se apropriando de seus acúmulos técnicos e metodológicos para irradiar numa escala mais ampla. O primeiro passo consiste numa “leitura” da situação local através de uma ferramenta específica, o Diagnóstico Participativo de Plantas Nativas, que serve também para identificar oportunidades de ação e para mobilizar as comunidades em torno do tema.

b) Difusão ampla de informação sobre as plantas nativas

Como na primeira linha de trabalho aqui também se começa pelo conhecimento dos usuários e da demanda existente. Neste caso os usuários da informação são os atores que denominamos de “intermediários” que trabalham no campo, junto aos agricultores e agricultoras familiares.

4 – Metas

As metas do Projeto Plantas Nativas para o triênio 2.002-2.004 estão fortemente articuladas com aquelas já descritas no Plano Trienal do programa Paraíba, nos subprogramas de Saúde e Alimentação Humana, Criação Animal e Agrofloresta. Durante o triênio há também a possibilidade do Projeto Plantas Nativas ser requisitado para apoiar outros programas como o de Comunicação e Formação.

Na escala mais ampla, com base nas interações com outras organizações, o Projeto Plantas Nativas pretende:

- Sistematizar e publicar documentos técnicos ou metodológicos sobre os “sistemas” de comunicação e mobilização de informações e conhecimentos em regiões de atuação de ONGs e seus parceiros;
- Produzir cartilhas, *folders*, *banners*, etc. com informações sobre plantas úteis para os agricultores familiares.
- Apoiar a realização de seminários e oficinas de trabalho relacionados com a valorização da biodiversidade nativa na agricultura familiar.

5 - Meios de verificação

O monitoramento das ações do Projeto Plantas Nativas será feito da seguinte forma:

- Junto à equipe do programa local da Paraíba. Durante as reuniões semanais e a cada seis meses nos momentos de avaliação semestral e anual.
- Junto aos grupos, associações, STRs e outras organizações com as quais o projeto interage.
- Junto à equipe de trabalho do CNIP/Projeto IDT, durante as reuniões semestrais de monitoramento e avaliação e planejamento.

Os principais indicadores utilizados para o monitoramento do projeto serão:

- número de eventos de capacitação e intercâmbio realizados e o número de participantes em cada um;
- número e tiragem dos produtos de comunicação e divulgação produzidos;
- número de famílias, pessoas e organizações articuladas e envolvidas no trabalho;
- número de famílias, mulheres e jovens beneficiados pelo projeto;
- número de artigos e textos produzidos;
- número de organizações articuladas e participando no trabalho com AS-PTA e CNIP.

6.3.2. Projeto de Agricultura Urbana no Rio de Janeiro

1 - Balanço do Trienal 1.999–2.001

A problemática da produção para autoconsumo, como parte da estratégia de segurança alimentar das famílias pobres residentes em áreas urbanas, já integrava há algum tempo as preocupações da AS-PTA, porém sem um programa ou projeto de ação específico.

A participação da entidade no Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em particular nas atividades desenvolvidas no estado do Rio de Janeiro, aliada à oportunidade de estabelecimento de uma parceria com o Instituto Metodista Ana Gonzaga (Imag), resultou no planejamento e elaboração de um projeto de ação e desenvolvimento local voltado para a agricultura urbana. Este projeto iniciou-se em outubro de 1.999, tendo como área de atuação a região de Campo Grande, periferia do município do Rio de Janeiro, demandando da AS-PTA um esforço de reflexão para inserção em comunidades urbanas com características muito diversas das comunidades rurais com as quais tem tradição de trabalho.

O processo de inserção nas comunidades, conhecimento mútuo, sensibilização para a proposta e levantamento de dados e diagnóstico geral se desenvolveu principalmente no primeiro ano do projeto, porém continua ocorrendo na medida em que os conhecimentos vão sendo aprofundados e as relações entre a equipe de trabalho e as comunidades vão se estreitando.

Simultaneamente ao estreitamento de elos com as comunidades e o reconhecimento mútuo, iniciou-se o encaminhamento de propostas de ação conjunta com os parceiros locais (associações de moradores, grupos de mulheres, projetos governamentais envolvendo jovens, igrejas, pastorais, etc.). A premissa principal do trabalho sempre esteve referenciada à perspectiva de valorização e

potencialização das experiências, práticas e recursos usados pelas famílias na otimização dos reduzidos espaços de seus quintais domésticos como áreas produtivas para autoconsumo.

Os dois anos do projeto forneceram elementos de conhecimento do meio físico e sócio-econômico, que possibilitaram a definição das áreas de atuação – comunidades Vilar Carioca, Vila Esperança, Parque João Wesley e Cantagalo, na zona oeste do município -, a identificação dos parceiros locais e a discussão de projetos específicos a serem implementados.

Um dos destaques do trabalho foi a cooperação estabelecida com a coordenação nacional da Pastoral da Criança, com vistas à implantação a nível local de uma experiência piloto de produção alimentar e fitoterápica em quintais domésticos. Em decorrência, foi discutido com o grupo de agentes de pastoral da comunidade de Vilar Carioca um projeto de parceria, que tem por eixo o resgate e valorização das práticas e experiências das agentes e das parcelas da população com as quais atuam no aproveitamento de quintais domésticos, seja para produção e processamento de alimentos, seja para o cultivo de plantas de uso fitoterápico. O trabalho consiste na potencialização dessas experiências para a estruturação de um programa de capacitação técnica e metodológica, cuja estratégia está dirigida à segurança alimentar das famílias – em torno de 150 – localmente atendidas pela Pastoral. Há interesse da coordenação nacional da Pastoral da Criança de que essa experiência venha a inspirar nacionalmente sua atuação em comunidades urbanas, somando-se ao seu reconhecido trabalho de utilização da “multimistura” na reversão de situações extremas de desnutrição infantil.

Merecem ainda atenção as seguintes iniciativas do projeto da AS-PTA: - o estabelecimento de parceria com a prefeitura municipal do Rio de Janeiro e a associação de moradores da comunidade Parque João Wesley para o acompanhamento a crianças e jovens e suas famílias num programa de formação associado à educação ambiental; - a realização de um diagnóstico participativo de plantas medicinais na comunidade Cantagalo e, como desdobramento, apoio à constituição de um grupo comunitário local; - o apoio à articulação e intercâmbio dos grupos comunitários de plantas medicinais dispersos no município do Rio de Janeiro.

2 - Objetivos para o Trienal 2.002–2.004

Geral: Fortalecer os elos de inserção nas comunidades de trabalho e potencializar, através do resgate e valorização social, as experiências e as capacidades locais de aproveitamento de quintais domésticos e de recuperação ambiental em comunidades urbanas, visando contribuir para a maior seguridade alimentar das famílias atingidas.

Específicos:

- Consolidar a interação com os parceiros comunitários e apoiar a formação de novos grupos com interesse na incorporação e/ou aprimoramento de práticas de aproveitamento de quintais domésticos.
- Dar prosseguimento aos processos de formação em agricultura urbana e meio ambiente, tendo como estratégia de trabalho a valorização de iniciativas coletivas e experiências de manejo de quintais pelos próprios moradores das comunidades envolvidas.

- Acompanhar e apoiar a disseminação de práticas de cultivos em quintais (hortaliças, árvores frutíferas e plantas medicinais) através, sobretudo, do intercâmbio “morador a morador”.
- Facilitar trocas de experiências e relações de sinergia entre os diferentes grupos das comunidades.
- Implementar mecanismos de interação e trocas de experiências com os programas locais da AS-PTA e outros programas de agricultura urbana no Brasil e no exterior.

3 - Linhas de ação

Os eixos temáticos do projeto continuam sendo segurança alimentar, fitoterapia e educação ambiental a serem implementados de acordo com as seguintes linhas de ação:

- a) Conhecimento da realidade** – atualização de dados e aprofundamento de diagnósticos participativos que possam gerar subsídios úteis ao desenvolvimento das comunidades.
- b) Formação/capacitação em agricultura urbana** – resgate, valorização e aprimoramento dos conhecimentos, práticas e recursos mobilizados pelas experiências de implantação e manejo de quintais domésticos.
- c) Apoio à constituição de grupos de interesse locais** – a partir das distintas atividades em curso nas comunidades, favorecer a constituição de grupos de interesse locais, envolvendo associações de moradores, escolas, postos de saúde, igrejas, pastorais, coletivos de mulheres, ONGs e outros grupos formal ou informalmente organizados.
- d) Sistematização das experiências** – sistematizar experiências em agricultura urbana, com destaque para os aspectos da formação, tanto na dimensão técnica como metodológica.
- e) Difusão da experiência do projeto** – a partir das sistematizações produzidas, difundir a experiência em curso através de meios adequados (cartilha, *folder*, artigos, vídeo, etc.).

4 - Metas

- Consolidar a parceria com a Pastoral da Criança em Vilar Carioca, capacitando técnica e metodologicamente 21 agentes da Pastoral nos aspectos relacionados ao aproveitamento de quintais domésticos. Como parte integrante do processo de capacitação, serão desenvolvidas técnicas e práticas de aproveitamento em 8 quintais manejados por agentes da Pastoral.
- Apoiar a implantação de dois espaços produtivos comunitários, de caráter demonstrativo, nos quintais da Igreja Católica e da Associação de Moradores de Vilar Carioca.
- Apoiar a difusão de técnicas de aproveitamento de quintais para as 150 famílias atendidas pela Pastoral da Criança em Vilar Carioca.

- Sistematizar (nos aspectos técnicos, pedagógicos e metodológicos) a experiência desenvolvida em conjunto com as agentes da Pastoral da Criança em Vilar Carioca.
- Elaborar material de apoio – 1 cartilha e 1 vídeo – sobre a produção de alimentos em quintais domésticos de áreas urbanas, que possa subsidiar o trabalho da Pastoral da Criança no nível nacional.
- Oferecer atividades extracurriculares e de apoio escolar, baseadas na educação ambiental e cidadania, a 30 crianças e adolescentes do Parque João Wesley.
- Nas comunidades de Vilar Carioca, Cantagalo, Parque João Wesley e Vila Esperança estimular e apoiar a constituição de grupos comunitários de interesse envolvendo associações de moradores, escolas, postos de saúde, igrejas, pastorais, grupos de mulheres, grupos de jovens, ONGs e outros.
- Realizar um seminário anual reunindo representantes do conjunto das iniciativas e atividades comunitárias do projeto de agricultura urbana, visando o intercâmbio, as interações e a retroalimentação mútua.
- Implementar mecanismos de acompanhamento e avaliação participativa do projeto.

5 - Meios de verificação

Será adotada uma metodologia de monitoramento participativo, a ser utilizada nas seguintes instâncias:

- Reuniões mensais da equipe de trabalho.
- Reuniões trimestrais consultivas.
- Reuniões mensais entre a equipe de trabalho e representantes das comunidades envolvidas no projeto.
- Relatórios anuais.

Para o monitoramento serão considerados os seguintes indicadores:

- número de agentes da Pastoral da Criança de Vilar Carioca capacitadas;
- número de quintais domésticos melhorados através das técnicas de aproveitamento resgatadas e difundidas;
- espaços produtivos comunitários implantados;
- cartilha e vídeo produzidos;
- sistematização da experiência de Vilar Carioca produzida;
- número de crianças e adolescentes capacitados em educação ambiental;
- número de grupos comunitários formados;
- número de seminários realizados;
- reuniões da equipe de trabalho realizadas (tantas quantas necessárias);
- reuniões consultivas realizadas (tantas quantas necessárias);
- reuniões mensais entre a equipe de trabalho e os representantes das comunidades realizadas;
- relatórios anuais elaborados.

6.4. Centro de Informação e Publicações

1 - Balanço do Trienal 1.999-2.001

No triênio 1.999-2.001 a AS-PTA pôde preparar as bases para a transformação de seu Centro de Documentação e de seu Setor de Publicações em um Centro de Informação atuante e propositivo bem como aprimorar a conceituação de seus objetivos e meios de funcionamento. Esses avanços conceituais resultaram de discussões internas e de reuniões com áreas governamentais e têm permitido que a proposta apareça concatenada aos objetivos deste Plano Trienal 2.002–2.004.

Embora a instituição tenha convivido neste período com uma defasagem na área de infra-estrutura informática, a qualidade do material bibliográfico, audiovisual e dos serviços prestados permitiram o contínuo crescimento das consultas ao acervo do Centro de Documentação bem como da procura pelo sistema pergunta/resposta.

As publicações da AS-PTA puderam, mais uma vez, confirmar o importante papel que desempenham na difusão de informações qualificadas e na formulação de subsídios para o desenvolvimento rural. A configuração das edições da AS-PTA como referência no meio das ciências agrárias é constatada pela elevada procura por nossas publicações e pelas propostas para co-edições feitas por instituições afins.

A necessidade de ampliar a capacidade comunicativa da AS-PTA continua no triênio 2.002-2.004, porém com propostas mais consolidadas e bastante concretas – como são os casos do Centro de Informação e da Proposta de Cooperação com o NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento - vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

2 - Objetivos para o Trienal

Na estratégia de intervenção da AS-PTA, o aumento de sua expressão social e de sua capacidade propositiva apresenta-se como uma questão central. Este será, portanto, o principal objetivo do Setor de Informação, Comunicação e Difusão para o triênio: criar meios para divulgar amplamente a agroecologia e os sistemas familiares de produção como estratégia para padrões sustentáveis de desenvolvimento rural.

A principal iniciativa a ser tomada nesse sentido será a implantação do Centro de Informação/AS-PTA (CI/AS-PTA), que constituir-se-á de um centro de produção, configuração e disseminação de informação e de assessoria técnica *on line* com foco no desenvolvimento rural sustentável, na agroecologia e na agricultura familiar. O CI/AS-PTA estará orientado para um público diversificado de indivíduos e instituições direta ou indiretamente vinculados à problemática do desenvolvimento rural. Além disso, valorizará e dará maior visibilidade às experiências desenvolvidas pela AS-PTA.

3 - Linhas de ação

A ampliação da capacidade comunicativa e propositiva da AS-PTA e as dinâmicas que animarão o CI serão implementadas através da elaboração de bancos de dados e experiências agroecológicas e de uma estratégia ativa de irradiação de conteúdos e informações.

Bancos de dados

- Constituição de um banco de experiências e inovações agroecológicas como suporte para referência e intercâmbio técnico. O CI promoverá 50 sistematizações a campo, além da organização das referências disponíveis no acervo do CI.
- Atualização e manutenção da base de dados.
- Valorização do acervo de informação já existente na AS-PTA sobre seus campos temáticos para disponibilização ao público interessado.
- Elaboração de um catálogo de instituições privadas e públicas de pesquisa e estudos nas áreas da ciência agrícola.
- Constituição de uma rede de agricultores/experimentadores nos distintos ecossistemas brasileiros como correspondentes/colaboradores do CI/AS-PTA.
- Organização de um diretório com profissionais da pesquisa/experimentação em agricultura ecológica como colaboradores/usuários do CI/AS-PTA.

Dossiês temáticos

- Produção e difusão de dossiês temáticos de caráter prático que tratem da problemática dos projetos de desenvolvimento rural e representem ferramentas voltadas fundamentalmente para subsidiar o trabalho a campo dos usuários do CI. A elaboração dos Dossiês será referenciada pelas demandas recorrentes dos projetos e ações voltados ao desenvolvimento rural sustentável. Temas já definidos: Monitoramento econômico de sistemas familiares de produção agroecológica; Manejo ecológico de solos nas pequenas propriedades; Valorização produtiva de plantas nativas no semi-árido nordestino; Manejo descentralizado de recursos hídricos no semi-árido nordestino; Relações de gênero na agricultura familiar; e Manejo da biomassa em sistemas agrícolas familiares da região agreste.

Página na Internet

- Elaboração de uma página da AS-PTA na Internet que oferecerá informações institucionais, acesso ao acervo do CI, ao catálogo de publicações e aos bancos de dados.
- Estabelecimento de *links* do CI/AS-PTA com outros centros nacionais e internacionais com ênfase na mesma temática.
- Manutenção e atualização da página na Internet.

Publicações

- Edição de um informativo periódico do CI/AS-PTA que conterà um apanhado atualizado de informações e experiências relevantes, dicas sobre cursos, eventos, etc. e bibliografias de destaque.
- Priorização das publicações produzidas pelas equipes da AS-PTA, corroborando a idéia de se dar maior visibilidade aos resultados de nossos programas locais e projetos.

- Manutenção e ampliação da estratégia de venda direta.
- Manutenção e ampliação da linha de publicações em co-edição com editoras comerciais especializadas em agricultura.
- Participação no Conselho Editorial da Revista do Ileia – Centro de Pesquisa e Informação sobre Agricultura Sustentável de Baixo Uso de Insumos Externos.

4 - Metas

- Elaborar, colocar no ar e manter atualizada a página da AS-PTA na Internet.
- Ampliar o número de usuários do CI para 1.500 consultas por ano.
- Manter dinâmico e ativo o fluxo de informações e intercâmbios entre correspondentes/usuários do CI, como estratégia de sua dinâmica de funcionamento.
- Publicar 10 dossiês temáticos sobre questões associadas à problemática do desenvolvimento rural no Brasil.
- Promover 50 sistematizações a campo de experiências agroecológicas.
- Publicar os seguintes livros:

Produção própria (temas)

- Manejo ecológico dos solos na região Centro-Sul do Paraná;
- A experiência da AS-PTA com a valorização e o uso das plantas do Nordeste;
- Manejo sustentável de recursos hídricos no Semi-Árido - a experiência da AS-PTA;
- Conservando a biodiversidade em ecossistemas cultivados – a experiência da AS-PTA;
- Sustentabilidade econômica da agricultura familiar em transição agroecológica;
- Relações de gênero na agricultura familiar – ponto de vista a partir da experiência da AS-PTA;
- Prospecto institucional.

Versões brasileiras (títulos)

- História das Agriculturas do Mundo – Mazoyer, M. & Roudart, L.;
- Agroecologia – as Bases Científicas da Agricultura Sustentável - Altieri, M. (2º edição);
- Os Caminhos da Água – Dupriez, H.

5 - Meios de verificação

- Acompanhamento do crescimento da procura pelos serviços através de fichas de atendimento;
- acompanhamento do ritmo de venda das publicações através de balancetes periódicos;
- acompanhamento dos resultados obtidos e dos desdobramentos da articulação das diversas redes promovidas pelo CI;
- acompanhamento do grau de atualização do banco de dados na Internet através da entrada de novas informações;
- acompanhamento da evolução do acervo através de listagens com os documentos recebidos;
- participação de experiências da AS-PTA na composição da base de dados;
- número de publicações editadas;
- número de dossiês temáticos elaborados.